



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 21

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 22 de abril de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada das Sras./Srs. Deputados, passou-se para o ponto prévio que constava da Agenda da Reunião: [Verificação de poderes da Sra. Deputada Aurora Maria Agostinho Ribeiro.](#)

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado José Gabriel Eduardo (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida, sobre as **Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – “Orientações de Médio Prazo 2021-2024”, de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII – “Plano Regional Anual para 2021” e de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021”** usaram da palavra para proferir intervenções finais os/a Srs./Sra. Deputados Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Submetida à votação a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – “Orientações de Médio Prazo 2021-2024”](#) a mesma foi aprovada por maioria.

Em votação final global a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII – “Plano Regional Anual para 2021”](#) também foi aprovada por maioria.

Na generalidade, a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII – “Plano Regional Anual para 2021”](#) foi aprovada por maioria, tendo participado no debate os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Sérgio Ávila (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*).

O debate e votação prosseguiram no dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 07 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para efetuar a chamada.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Maria **Valdemira** Gouveia Andrade **Carvalho**

Marta Ávila de **Matos**

Miguel António Moniz da **Costa**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Sérgio Humberto Rocha de **Ávila**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António **Vasco** Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte Gomes

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

CHEGA (CH)

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, da Agenda da nossa reunião consta um ponto prévio relacionado com a **Verificação de poderes da Sra. Deputada Aurora Maria Agostinho Ribeiro.**

Para a apresentação do relatório elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável tem a palavra o Sr. Relator, Sr. Deputado José Gabriel Eduardo. Faça favor, Sr. Relator.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS):

RELATÓRIO E PARECER RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DO CANDIDATO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, AURORA MARIA AGOSTINHO RIBEIRO

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 22 de abril de 2021, na sala das comissões 1, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Aurora Maria Agostinho Ribeiro.

Estiveram presentes os Deputados Bárbara Chaves (Presidente), José Gabriel Eduardo (Relator), José Contente, Lubélio Mendonça e Valdemira Gouveia do PS, Sabrina Furtado (Secretária), Carlos Ferreira, Rui Espínola, Luis Soares e Carlos Freitas do PSD, António Lima do BE, Pedro Neves do PAN, Paulo Estevão do PPM e Pedro Pinto do CDS/PP (que participa sem direito a voto).

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Nos termos do artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia Legislativa” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 21 de abril de 2021, na sequência do pedido de suspensão do respetivo mandato pela Deputada Alexandra Patrícia Soares Manes, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4º do Estatuto dos Deputados, com efeito a 21 de abril de 2021, assim como da comunicação para suspensão de mandato da candidata Vera Lúcia Pinheiro Pires e da comunicação para o mesmo efeito do candidato Pedro Gaspar Amaral, ao abrigo, respetivamente, das alíneas c) e b) do número 2 do artigo 5º do Estatuto dos Deputados, ambos os pedidos com efeito à data de 21 de abril de 2021, a Direção do Grupo Parlamentar do BE comunicou que a vaga será preenchida pela candidata Aurora Maria Agostinho Ribeiro.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 25 de outubro de 2020, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Aurora Maria Agostinha

Ribeiro, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir a Deputada Alexandra Patrícia Soares Manes.

A candidata Aurora Maria Agostinho Ribeiro não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que a candidata está em situação de Licença sem remuneração no Observatório do Mar dos Açores e é assessora do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Açores, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS PARTIDOS

Os **Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PPM, e a Representação Parlamentar do PAN** consideram estar verificada a elegibilidade e que a candidata supramencionada não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável considera, por unanimidade, elegível a candidata Aurora Maria Agostinho Ribeiro, e que a mesma não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato da Deputada que substitui, ou seja, a 21 de abril de 2021.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 22 de abril de 2021

O Relator, José Gabriel Eduardo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Bárbara Chaves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação deste relatório de verificação de poderes

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovado o relatório, convido então a Sra. Deputada Aurora Ribeiro a ocupar o seu lugar. Seja bem-vinda a este Parlamento e desejo-lhe bom trabalho.

(Neste momento, a Sra. Deputada ocupou o seu lugar na bancada do Grupo Parlamentar do BE)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos proceder ao encerramento do debate da **Proposta de Decreto Legislativo das “Orientações de Médio Prazo 2021-2024”**, bem como das **Propostas de Decreto**

Legislativo do “Orçamento e do Plano” da Região Autónoma dos Açores para este ano com as designadas declarações ou intervenções finais.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes: o Governo Regional e o Partido Socialista dispõem para essas intervenções finais 25 minutos cada; o PSD de 20 minutos; o CDS de 12 minutos; o Chega, o Bloco de Esquerda e o Partido Popular Monárquico de 10 minutos cada; a Iniciativa Liberal e o PAN, 7 minutos cada.

Também como é habitual e foi organizado pela Conferência de Líderes essas intervenções finais serão feitas tendo em conta os resultados eleitorais, iniciando o partido menos votado para o partido mais votado e encerrando, como prevê o nosso Estatuto, o Sr. Presidente do Governo.

Vamos então dar início às intervenções finais. Para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves do PAN. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O período pandémico que vivemos desde há um ano, com repercussões económicas e sobretudo sociais ainda não totalmente avaliadas, nada auguram de bom a curto prazo para o Mundo, o País e concretamente para a Região Autónoma dos Açores. Porém, é nestes períodos de crise que se colocam os grandes desafios à classe política: firmeza, visão, convergência, capacidade de mobilização e adoção de medidas que protejam os mais vulneráveis sem ao mesmo tempo hipotecar a sustentabilidade e, com ela, comprometer as gerações futuras.

Tudo isto sucede ainda por cima numa Região ultra periférica e arquipelágica, os Açores, onde apesar de se reconhecer uma melhoria notável, em geral, na vida da população nas últimas décadas, tal como ao nível das infraestruturas e equipamentos, é necessário recordar que o saldo demográfico e migratório negativos, a baixa qualificação profissional e elevada taxa de abandono escolar,

a fraca competitividade, inovação e fraco empreendedorismo, o escasso valor bruto acrescentado de bens transacionáveis, a incapacidade de captar investimento externo criador de riqueza e emprego, bem como de atrair quadros técnicos especializados, a ausência de um crescimento diversificado e sustentável, a subsidiodependência numa região com altíssima taxa bruta de pobreza e desigualdades, a mitigação do alto desemprego jovem por sucessivos programas ocupacionais, a quase nula participação cívica na resolução destes desafios e a falta de complementaridade e constante concorrência entre as ilhas, entre muitas outras premissas, criam um permanente ciclo vicioso difícil de quebrar, difícil de manter, que se traduz no lento no crescimento do PIB nominal e na falta de convergência com a riqueza média nacional. Tudo isto também apesar das transferências do OGE e dos cerca de 5.000 milhões de Euros em fundos europeus que chegaram à Região até há praticamente um ano atrás. Convenhamos que algo não correu da melhor forma com o modelo económico delineado.

Nos Açores, após o último ato eleitoral, abriu-se a porta, supostamente, a um novo ciclo, numa altura de grande incerteza e dificuldades acrescidas, que depende ainda da aprovação do Plano e Orçamento, o instrumento fundamental da governação. É este o motivo que nos convocou a esta discussão, reflexão e posterior votação.

Aqui chegados, já na fase final desta sessão parlamentar, podemos concluir em primeiro lugar que:

- Infelizmente, e não é difícil reconhecer, em alguns momentos o debate nesta Assembleia não teve a elevação que se exigia e, noutros, não passou de um autêntico ajuste de contas entre forças políticas ou determinados personagens, sem qualquer interesse para o cidadão comum;
- Decididamente, nem sempre as questões suscitadas foram devidamente esclarecidas por quem naturalmente as devia esclarecer e, em abono da verdade,

em determinadas alturas o próprio ónus desse esclarecimento recaiu incompreensivelmente na governação anterior, quando a sua prestação de contas já foi feita nas urnas e resultou precisamente na perda da uma maioria absoluta;

- Persistem as mesmas dúvidas iniciais sobre a fiabilidade da análise macroeconómica e, desde logo, da receita orçamental, parecendo ser evidente o cenário da posterior necessidade de submissão a esta Câmara de um ou mais orçamentos retificativos neste mesmo ano;

- Como era de prever, em última *ratio*, a opção na alocação das receitas não agradou efetivamente nem a gregos nem troianos, não sendo de estranhar a quantidade de alterações submetidas a discussão e votação, feitas algumas vezes com ou sem boa-fé, e a uma grande falta de consenso;

- Ainda assim, tal como também já tínhamos realçado, este é, no fundo, um orçamento de continuidade, no qual os partidos que sustentam este governo votarão favoravelmente e, assim, acabarão por guardar, por agora, o seu programa ideológico na gaveta, em nome da estabilidade açoriana.

Em segundo lugar, para o PAN, há pontos onde o governo deveria ter ido mais longe no seu plano de ação, mas por outro também quis acolher várias medidas de vários partidos daí mostrando também uma convergência nesta câmara e isso é de saudar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Para finalizar, é importante referir que o PAN é um partido transversal na nossa sociedade atual, não enquadrável numa lógica partidária rígida de direita, centro e esquerda e, como deixámos claro a seu tempo, uma força política responsável, de consensos e pontes, sem preconceitos ideológicos pré-concebidos, pese ser normal delinear as suas linhas vermelhas, e, por isso, também perfeitamente capaz de colocar naturalmente os interesses dos cidadãos acima dos interesses individuais ou de grupo, mesmo correndo o risco de nem

sempre ser bem compreendido.

De facto, tem ficado claro pela nossa intervenção cívica e política que o PAN não é apenas um partido dito animalista, que pugna pelo respeito, a dignidade, os direitos, a saúde e pelo bem-estar animal. E temo-lo feito com firmeza. Como o seu nome indica, tem igualmente como foco as pessoas, designadamente a sua liberdade, os seus direitos fundamentais, a igualdade de oportunidades, a sua inserção numa sociedade democrática, participativa, justa, transparente, multicultural, multirracial, inclusiva, de igualdade no género, de bem-estar e com um desenvolvimento sustentável, entre outros, e também a natureza, os animais, nomeadamente em matérias como as alterações climáticas, proteção e bem-estar animal, preservação do património natural, gestão do mar, das florestas, do ar, agricultura e pescas, economia circular e fontes energéticas, etc.

Este é o nosso ADN e foi dele que, compreensivelmente, emanaram as nossas iniciativas legislativas.

Mutatis mutantis, tal como já o dissemos na sessão de abertura, à semelhança do ocorrido na República, este Governo Regional resulta de uma maioria legítima, fruto de uma coligação e de um acordo parlamentar, estando o partido mais votado na bancada da oposição. Ora, salvo em condições excecionais, é nosso entendimento, em nome da estabilidade política, económica e social, que as legislaturas são para cumprir. Obviamente é aos partidos da coligação e do acordo parlamentar que compete a viabilização do Plano e Orçamento.

É certo que o programa que agora votaremos não coincide com muitos dos nossos princípios programáticos e que mais poderia ter sido feito. No entanto, nem tudo é inaceitável, nem em tudo estamos em desacordo, como diz o ditado, “Roma e Pavia não se fizeram num dia” e, até agora, não podemos deixar de saudar a franca abertura do governo para um diálogo construtivo e para aceitar muitas das nossas propostas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pela Iniciativa Liberal tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os documentos que hoje acabamos de discutir marcam um tempo novo, um tempo em que se alteram formas e conteúdos, se alteram fórmulas e se propõe comprovar que as políticas liberais, **e só as políticas liberais**, podem trazer aos Açores o crescimento económico capaz de travar o ritmo de empobrecimento progressivo da nossa região e da nossa gente.

Na verdade, o turismo foi o único sector que criou novos empregos e consequentemente riqueza nos Açores nos últimos anos. Esse crescimento foi, como todos sabemos, fruto da liberalização do espaço aéreo, liberalização parcial dos transportes aéreos de e para a Região Autónoma dos Açores.

A entrada de novos “players” no mercado da aviação civil e a alteração do sistema de apoios à mobilidade dos residentes, dando-lhes possibilidade de escolher o serviço que melhor lhes convém, trouxe crescimento e trouxe liberdade. Este regime recebeu, como todos sabemos, resistências daqueles que, temendo a liberdade dos cidadãos, temem perder o monopólio do poder

que alimentaram, nesse caso as forças resistentes foram o Partido Socialista e a restante esquerda reacionária.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: No entanto, logo que o sucesso se mostrou, essas mesmas forças não se coibiram e não se descuidaram em esgrimir a narrativa de que esse crescimento se devia ao seu governo, nem se coibiram de daí tentar tirar dividendos eleitorais.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Apoiado!

O Orador: Os socialistas têm um enorme sentido de oportunismo político, são contra o liberalismo e a liberdade das empresas, mas depois quando essas políticas liberais trazem resultados satisfatórios querem ser os donos delas.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito bem!

O Orador: Obviamente não somos Governo. Não somos, nem seremos, uma espécie de extensão dos grupos parlamentares que suportam esta coligação.

No entanto, temos um acordo de incidência parlamentar e esse mesmo acordo será para cumprir, queiram Vs. Exas. deste lado também o cumprir.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mas, se fôssemos Governo, teríamos certamente mais arrojo.

Mais arrojo na privatização de serviços e na libertação dos Açorianos do peso das empresas públicas perdulárias, seríamos mais exigentes na forma como os apoios sociais são usados, seríamos mais racionais na utilização estrita das empresas do Setor Público Empresarial Regional nas missões para que efetivamente estão vocacionadas, seríamos mais eficientes e mais eficazes na

execução das políticas económicas, quer no apoio à recuperação dos efeitos da pandemia, quer na gestão dos recursos da saúde e da educação.

Há ainda um longo caminho a percorrer, sem anúncios de vãs paixões e sem floreados e palavreados redondos, porque dessas paixões e floreados está o Povo Açoreano cansado e ainda não vê sinais inequívocos de mudanças.

A paixão pela educação redundou na taxa mais alta de abandono escolar precoce e o desígnio regional da saúde para todos e em toda a parte culminou nas mais longas listas de espera de sempre antes da proliferação de SARS-CoV-2.

Mais do que as narrativas bonitas e as verbas inscritas para encher planos, é necessário realismo e racionalidade para alcançar os resultados pretendidos.

É por isso, que não estamos totalmente satisfeitos com os documentos que, daqui a pouco, vamos começar a votar.

Temos, de facto, um longo caminho pela frente, ao contrário de muitos, não vemos a curto prazo, mas sim a médio e longo prazo, não nos preocupamos com eleições, mas sim com os açorianos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... porque só assim esses saberemos, na hora certa, escolher os seus melhores representantes e os melhores caminhos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se esperam que viremos aqui todos os anos meter milhões de euros dos impostos dos Açorianos (dos continentais, dos alemães, dos holandeses, etc.) numa empresa em situação de insolvência técnica como é o caso da Sata, estão muito enganados, procurem outro parceiro, porque não vamos apoiar uma medida que esbanja recursos que acrescentarão muito mais em outros setores,

como a saúde, a educação a qualificação profissional e o ambiente só para dizer aqueles que me são mais caros.

Ao contrário de alguns sectores e algumas bancadas que só se preocupam com “umbiguismos” sectários, assomos de bairrismo serôdio, materializados em obrazinha de paróquia, nós preocupamo-nos com a sustentabilidade ambiental dos Açores e por isso rejeitamos o investimento na incineradora na ilha de São Miguel.

Apesar da denominada central de valorização energética ser uma decisão do operador de resíduos MUSAMI, esta opção irá afetar a totalidade dos Açores, não só ao nível ambiental, mas até mesmo em termos da imagem junto dos nossos parceiros da União Europeia. Esta opção não serve aos Açorianos, apenas servirá os interesses de quem vende os equipamentos e quiçá de quem os vai comprar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O próximo orçamento da Região irá permitir uma redução da carga fiscal já a partir do segundo semestre deste ano em sede de IVA e IRC e a partir de janeiro de 2022 em sede de IRS até ao limite permitido pela Lei de Financiamento das Regiões Autónomas. A redução do IVA irá beneficiar todas as famílias açorianas e o desagravamento do IRS atingirá mais de 40 mil agregados da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta medida terá um impacto orçamental a rondar os 15 milhões de euros, uma irresponsabilidade já disse o Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista, uma medida que apenas beneficia os mais ricos, veio da bancada do Partido Socialista. Pois então esta medida representa por ano 1/3 do que custou o avião Airbus A 330 CS-TRY também conhecido por Cachalote.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e Membros do Governo)

O Orador: Um cachalote assim verdinho azeitona! Bem bonito por sinal! O PS prefere gastar o dinheiro dos contribuintes nesses negócios dos amigos “porreirões” do que aliviar a carga fiscal de 40 mil famílias Açorianas.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

O Iniciativa Liberal conhece bem o seu lugar neste Parlamento. O nosso espaço é na oposição, mas uma oposição construtiva, dialogante e que saberá hoje, como saberá no futuro, aproveitar a abertura deste governo de coligação, e este novo quadro de pluralidade, para debater e implementar novas ideias, novas propostas e novos caminhos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... desde que estes se enquadrem nas nossas políticas de desburocratização, descomplicação, despartidarização e de sustentabilidade social, económica e ambiental. Ou seja, tudo o que aliviar o cidadão do peso do estado e lhe devolva a Liberdade de escolha e de ação.

Aceitamos a nossa própria responsabilidade pelo futuro, construiremos esse futuro com os açorianos, perto dos açorianos, acompanhando as suas preocupações, os seus anseios e tentado resolver os seus problemas.

O futuro desta região é liberal, Vs. Exas. é que ainda não sabem.

Disse.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo PPM, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao longo dos últimos doze anos utilizei o sentido de humor para combater uma maioria absoluta que se tornou extremamente poderosa e por vezes arrogante.

É uma fórmula que funciona. Corroí a autoconfiança dos regimes e coloca-os perante uma espécie de espelho que retrata os seus abusos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Foi por isso que, uma vez por ano, exatamente no discurso final da discussão do Plano e Orçamento, escrevi alguns discursos, como “Os sete pecados mortais”, o “Auto da barca do inferno” ou o “Triunfo dos porcos”, que tentaram explorar o filão do humor político. Alguns resultaram e outros não. O humor nunca é fácil.

Estive indeciso até ao último minuto em relação ao que fazer este ano. Agora sou eu que estou no poder e o humor contra a oposição facilmente se transforma num exercício de arrogância.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

O Orador: Pesadas todas as circunstâncias e riscos, decidi, mais por gosto pessoal que outra coisa, construir novamente uma narrativa fácil de seguir, que sintetiza o que quero dizer em seis argumentos a favor da votação favorável dos documentos orçamentais em votação este ano.

Escolhi, como história que enquadra a narrativa do discurso, o filme “12 homens e uma sentença”, de 1957. O filme passa-se num Tribunal de Nova Iorque. No início do filme, um Juiz, dirigindo-se aos membros do júri, diz o seguinte:

"Ouviram um longo e complexo caso de homicídio em primeiro grau. Ouviram os testemunhos e a lei foi-lhes lida para ser aplicada ao presente caso. Um homem está morto, a vida de outro está em jogo. Se houver dúvida razoável sobre a culpa do acusado, devem entregar-me o veredicto de "não culpado". Se, entretanto, não houver, devem, em sã consciência, declarar o acusado "culpado". A sentença de morte é compulsória neste caso. Têm agora uma grande responsabilidade. Obrigado".

Os 12 homens que integram o júri, trancados à chave numa pequena e claustrofóbica "sala de júri", têm agora de decidir a sentença. A sentença é, no nosso caso, a viabilização ou não do Plano e do Orçamento. Se os mesmos não receberam o apoio maioritário desta câmara – no nosso caso não é necessário a unanimidade (e ainda bem, porque senão terminávamos todos no corredor da morte) -, o resultado será a morte deste XIII Governo. Devo dizer que com um número destes, sei que vamos acabar por, inevitavelmente, morrer. O que espero é que seja apenas no final da nossa vida útil. Ou seja, daqui a 3 anos e meio.

A minha adaptação, aviso já, apenas contempla, por limitação regimental, seis jurados. O primeiro júri que começa a falar é o deputado Berto Messias. Anda desorientado. Perdeu as eleições e acha que merece um castigo maior que sair do Governo. Exige, veja-se lá, a minha presença no Governo Regional. Não é caso para tanto. O mundo não acabou no dia 25 de outubro de 2020. O senhor deputado ainda é novo. Melhores dias virão.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Acredito!

O Orador: Devo dizer-lhe que não posso ir para o Governo. Vossa Excelência colocou, com o seu notável desempenho governamental, a fasquia demasiado alta para mim. Sei que não o consigo emular. Ainda assim, e tendo em conta o seu desejo de redenção, enviei-lhe um homem de Deus. Tem o mesmo apreço pelos animais que Vossa Excelência. Sei que se darão bem.

O argumento do deputado Berto Messias para votar contra os documentos orçamentais é que acha que as verbas previstas em muitas ações são inferiores às projetadas pelo Governo Socialista para o Plano e Orçamento de 2020. É de facto assim em alguns casos, com exceção das verbas previstas para a saúde, apoio às empresas e apoio social, por exemplo.

Mas o que o digníssimo deputado não disse, a este júri parlamentar, é que, na maior parte das vezes, os anteriores governos socialistas deixaram por executar cerca de 1/3 das verbas do Plano. Os orçamentos socialistas eram um misto de imaginação e de propaganda.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do Deputado José Pacheco e Membros do Governo)

O Orador: De nada vale escrever no Plano projetos e investimentos que depois não são executados.

Em síntese, este é um Orçamento de **Verdade**. Que projeta fazer apenas o que será possível fazer num espaço de tempo muito curto, tendo também em conta as urgências que resultam da pandemia. É socialmente muito ambicioso. Centra-se nas pessoas e deixa o betão para as calendas gregas. Não tem razão o deputado Berto Messias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O segundo jurado a usar da palavra é o deputado Vasco Cordeiro. Ao contrário do deputado Berto Messias, não procura qualquer género de redenção. Acredita – e, sobretudo, quer que os outros acreditem - que depois de si virá o dilúvio. Vem aí o Diabo, profetiza o deputado Vasco Cordeiro. O futuro está ameaçado com este Governo despesista.

Onde é que já ouvimos isto? A defesa da tese do homem providencial e insubstituível. A tese do eu ou o caos. Oh, senhor deputado. Não viva na amargura do exílio antes do tempo. O senhor deputado não foi injustiçado. O Povo açoriano é sempre justo. É mais justo e paciente que nenhum outro. Deu-vos 24 anos para acabarem o trabalho. Poucos tiveram tanto tempo. O tempo que agora nos querem negar ao fim de apenas 5 meses.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: O seu trabalho foi avaliado e não mereceu o apoio maioritário do povo. Olhe para os indicadores económicos, sociais e educativos que nos deixou como herança. Estamos sempre – e em qualquer indicador - na cauda do país. É por isso que o senhor deputado perdeu. Perdeu porque o povo perdeu a esperança e se cansou de esperar pelo que nunca chega.

Mas quem nega as teses pessimistas é o próprio senhor deputado Vasco Cordeiro. Se a despesa social é assim tão perigosa e coloca em causa o futuro, e

até convoca o maligno, por que razão não corta, Vossa Excelência, nas suas propostas de alteração, um único cêntimo da despesa projetada?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Se o Orçamento é assim tão mau, por que razão as suas propostas de alteração apenas pretendem alterar 0,57% do mesmo? É tão mau e fica assim? É tão mau e não se lhe mexe? Não se corta a pretensa gordura e o desperdício apregoado?

O que se vê – o que se prova - senhor deputado Vasco Cordeiro, é que as suas propostas apenas acrescentam despesa à custa da dotação provisional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Oh, senhor deputado, bem prega Frei Tomás, "faz o que ele diz, não faças o que ele faz."

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do Deputado José Pacheco e Membros do Governo)

O Orador: Não tem razão o senhor deputado. Não vem aí o dilúvio. Já estamos nele. Temos é de lançar boias e salvar os vivos. Colocar barcaças no mar revoltado. Vamos endividar-nos? Agora sim, tem de ser. No passado não tinha e foi feito.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Venha daí e ajude nestas horas difíceis. Ombro com ombro, pelos Açores. Em prol dos açorianos. Essa é a atitude certa.

O terceiro júri a falar é o deputado Nuno Barata. Um deputado liberal que faz a diferença. Um deputado que não falha nas horas difíceis. Nas decisões que contam para a História dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vossa excelência está muito preocupado com o navio Malena, que tem assegurado as ligações entre a ilha das Flores e o exterior. Não se preocupe. Viu o filme “Malèna”, protagonizado pela Monica Bellucci, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Vi!

O Orador: ... de quem o Carlos Moedas, candidato do PSD, disse que já estava “entrada na idade”? Pois nós não concordamos nada com essa apreciação.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD, do Deputado Nuno Barata e dos Membros do Governo)

É injusta e cega. A embarcação “Malena” é apreciada e deve ficar. Não se preocupe com isso.

O senhor deputado exigiu - e é isso que vai ser feito - uma enorme redução – no limite do que nos é permitido – da carga fiscal nos Açores. Sabe porquê? Porque tem razão. Acredito, tal como Vossa Excelência, que a redução da carga fiscal permite incrementar o consumo, aumentar o investimento, promover a criação de emprego e reativar a economia. Nem sequer é uma questão de dogmatismo ideológico. É um facto. A carga fiscal asfixiante destrói as economias e constitui um entrave ao progresso e ao desenvolvimento económico. Tem razão, deputado Nuno Barata.

O quarto júri a falar é o deputado Pedro Neves do PAN. Disse-nos ontem, num debate televisivo, que, entre outras, apresentará a proposta do apoio à aquisição do copo menstrual. Devo dizer que é a primeira vez que vejo uma utilidade prática do procedimento obrigatório que temos de seguir, neste Parlamento, em relação ao impacto de género das nossas iniciativas. Nesta iniciativa não tenho nenhuma dúvida.

Curiosa é a explicação do deputado em relação às virtudes da sua proposta: barata, ecológica e atrativa. Bastam-me a duas primeiras virtudes para aprovar.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH, PAN e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos e risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH, PAN e Membros do Governo)

O Orador: Tem razão nisso e também no âmbito da preocupação que expressou em campos tão diversos como a defesa do bem-estar animal, proteção ao ambiente ou os apoios ao nosso serviço regional de saúde.

O deputado Pedro Neves segue, como é público, uma dieta vegetariana, que é, devo dizer, muito mais saudável que outras que eu próprio já protagonizei, ...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH, PAN e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e Membros do Governo)

O Orador: ... mas não é de dieta que se deve falar quando se quantifica a parte que hoje e em plenários anteriores Vossa Excelência já abocanhou do presente Orçamento. Neste aspeto está muito longe de ser vegetariano.

Nem calcula como as coisas mudaram. No tempo do PS nem sequer uma vaquinha empalhada me foi concedida.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH, PAN e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos e risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e Membros do Governo)

O Orador: Consegui um museu, mas tive de dar a casa.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM, IL, CH e dos Membros do Governo)

Tem, por isso, todas as razões para não inviabilizar o presente Orçamento. O quinto júri a falar, mas meto também já o sexto, “não vá o Diabo tecê-las”, são os deputados Carlos Furtado e José Pacheco.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM, IL, CH e dos Membros do Governo)

São os dois igualmente importantes no que me diz respeito. O Orçamento, senhores deputados, responde a muitas das questões que têm vindo a suscitar.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Mas quero aqui relevar a extraordinária bandeira que os senhores deputados conseguem arvorar neste Orçamento: um histórico aumento do complemento regional de pensão estimado em cerca de 5 milhões de euros.

Não posso estar mais de acordo. O esforço que a coligação realizou para acautelar esta proposta foi enorme. Mas vale a pena. Acode-se, assim, a muitas pessoas que enfrentam situações muito difíceis. O reforço do rendimento disponibilizado a todos os beneficiários é muito significativo. É mais que justo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Meus senhores!

Termino. No âmbito do julgamento parlamentar a que este Orçamento esteve submetido ficou provado que o mesmo constitui uma resposta muito importante às dificuldades que as nossas famílias, empresas e todos os sectores económicos enfrentam nestes tempos tão difíceis.

O futuro fica acautelado. Ele não existe se não for possível ultrapassar as dificuldades do presente.

No final disto tudo vamos sobreviver. Vamos voltar a triunfar. Estou certo disso.

Viva os Açores!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH, IL e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH, IL e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na intervenção de abertura deste debate, o Bloco de Esquerda assinalou a semelhança das políticas deste governo e do anterior.

Mas nestes dias de debate registámos outras semelhanças, agora na prática política.

O PSD como partido líder desta nova maioria e do governo consegue hoje estar contra propostas do Bloco de Esquerda que são na íntegra propostas do PSD que em 2019 tinham sido chumbadas pela anterior maioria e ainda outras do Bloco de Esquerda que, juntamente com os seus parceiros, votaram a favor no passado.

Afinal, o que mudou?

Não foi o Bloco de Esquerda, pois continuamos a defender o mesmo. A direita, anteriormente na oposição, detém agora o poder. Mas isso não devia ser motivo para mudar de posição sobre os problemas.

Dizer uma coisa na oposição e outra no governo corrói a credibilidade da política e descredibiliza a participação cívica, o voto e a própria democracia.

No passado o PSD acusava o PS de votar contra as suas propostas só porque eram do PSD.

Hoje o PSD, bom aluno do PS, aplica o ensinamento, mas com requinte: vota contra as suas próprias propostas, quando é outro partido a apresentá-las, neste caso o Bloco de Esquerda.

É verdadeiramente notável tanta e tão rápida apropriação de práticas pouco compatíveis com a humildade e capacidade dialogante, apregoada de forma constante por este Governo.

Mas vamos à substância dos documentos que estiveram nestes dias em debate.

Estes mostram e o debate comprovou que a direita que tanto fala de economia, afinal, não tem qualquer projeto económico diferente daquele que tem vigorado.

Este modelo colocou 1/3 da população em risco de pobreza; Manda os jovens mais preparados para fora da região; E é aqui, nos Açores, onde a distribuição da riqueza produzida é a mais desigual do país.

A defesa que deve ser feita dos sectores tradicionais e do turismo, assim como da sua evolução, tem de ser acompanhada pela introdução de novos sectores económicos que inovem, que tragam maior valor ao que é produzido.

Isso só é possível com uma economia do conhecimento.

O turismo - grande panaceia do anterior e do atual governo - não altera o baixo perfil da nossa economia. É um sector que tradicionalmente paga baixos salários e usa e abusa da precariedade laboral.

Não estamos contra o turismo. Mas não nos enganamos quanto aos seus efeitos. A Região Autónoma da Madeira tem um sector turístico desenvolvido. Apesar

disso, o risco de pobreza na Madeira aproxima-se dos 30% e é quase idêntico, por isso, ao risco de pobreza dos Açores.

Estas políticas económicas condenam os Açores a um futuro com os atrasos do passado: séculos de pobreza, desigualdade e exploração.

De igual modo não podemos acompanhar a mistificação que envolve os projetos de carácter científico que utilizam a nossa posição geográfica sem contrapartidas reais para o desenvolvimento da Região. Esta é outra forma de exploração.

Ao contrário da anterior e atuais maiorias, o Bloco de Esquerda continuará o combate para que os Açores tenham capacidade e os instrumentos necessários para se tornarem uma potência no estudo da biodiversidade, da sua preservação e do desenvolvimento sustentável do seu potencial tecnológico, principalmente no mar.

Na educação assistimos a uma diminuição de recursos, que é tanto mais grave quando atravessamos um período de grande perturbação na escola.

Por toda a Europa e mesmo a nível nacional mobilizam-se recursos financeiros e humanos para obviar os prejuízos nas aprendizagens e desenvolvimento provocados pela pandemia.

Nos Açores não se conhecem políticas nesse sentido e reduzem-se os meios disponíveis.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Como é óbvio não podemos acompanhar estas práticas nem a condenação de centenas de professores a uma perpétua precariedade.

Na saúde apesar das muitas promessas e frases sonantes estes documentos demonstram que a suborçamentação vai continuar e que o governo e a maioria ao rejeitarem as propostas do Bloco de Esquerda para as carreiras dos profissionais de saúde tornam patente que não querem pôr preto no branco quais as suas reais intenções.

Como já referi anteriormente, a falta de investimento está demonstrada num simples exemplo do Plano:

Diz o governo: “O material clínico dos hospitais e unidades de saúde é, na generalidade, obsoleto”.

A frase é forte. Mas a força destas palavras apenas significa mais 200 mil euros do que no ano anterior, num total de 1,8 milhões de investimento nesta rúbrica.

Entradas de leão, saídas de sendeiro, é o que se tem visto nestas propostas.

Mas ainda mais preocupados ficamos quando o governo não assume a responsabilidade das suas palavras, apontando o dedo aos seus subordinados quando se lhe pedem explicações sobre informações contraditórias, como fez o titular da pasta da saúde num assunto tão sensível como a capacidade de internamento do hospital de Ponta Delgada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No ambiente, tal como fez o governo anterior, o plano de ordenamento do turismo é mandado para um dia, talvez um dia de nevoeiro.

Isso para que o governo possa continuar a promover a construção de autênticos atentados ambientais e contra a paisagem, como são os mamarrachos que novamente se projetam desta vez para a costa norte da ilha de Miguel.

Este é ainda um governo que perante o ataque ambiental que constitui a construção da incineradora de S. Miguel se remete ao silêncio.

Escuda-se na independência das autarquias para esconder a sua cumplicidade com o projeto com a companhia, neste caso, também do Partido Socialista.

O Bloco não fica ao lado da concretização destes verdadeiros atentados contra o ambiente e contra o nosso futuro coletivo. Antes combate-os frontalmente!

Noutras áreas, assistimos a dirigentes dos partidos da coligação defenderem que se deve aumentar o complemento regional ao salário mínimo ou a um partido que apoia o governo a dizer que o horário de trabalho do privado deveria ser de 35 horas.

Ficam bem, sem dúvida, estas intenções nas manchetes dos jornais a cada dia. Intenções que disso não passam: não há propostas, apenas pose para a fotografia.

Após anos a criticar o abuso dos programas ocupacionais, não era possível à coligação ficar sem nada fazer.

Apresenta agora, como alteração ao orçamento, uma proposta que como no passado deixa ao critério discricionário do governo a decisão de quem integrar nos quadros.

O Bloco de Esquerda propõe transparência neste processo, com comissões paritárias de trabalhadores e dirigentes. Mas com este governo e como no passado, a democracia e o diálogo ficam à porta das relações laborais.

Também nesta área as propostas do Bloco de Esquerda que defendem a democracia nas relações do trabalho e tornam transparentes os processos são chumbadas.

Nos apoios sociais, embora se mostre alguma evolução no debate, no que diz respeito às pensões fica-se aquém do necessário. No apoio às crianças e jovens o aumento não passa do ridículo.

O argumento é que não há capacidade financeira, mas ao mesmo tempo este governo e esta maioria apresentam uma redução de impostos para os mais ricos e para as empresas com lucros.

Como é óbvio não podemos acompanhar esta medida.

Apresenta ainda o governo redução de verbas em áreas tão cruciais como a ciência e a cultura.

Não basta dizer, como ouvimos durante o debate, que se for preciso faz-se a seu tempo alguma transferência de verbas entre rúbricas. Não estamos a falar propriamente de uma fábrica.

Esta é a prova da total da falta de estratégia para estes dois sectores de importância vital para o futuro da região.

Neste orçamento só vemos um caminho para o passado. Um passado do qual o Bloco de Esquerda luta para tirar os Açores.

Como é por demais evidente, não acompanhamos o caminho deste governo nem deste orçamento.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

É agora a vez do Chega fazer a sua intervenção final deste debate. Para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, bom dia a todos os presentes e aqueles que nos acompanham através da nossa televisão, a RTP/Açores:

Não tenho os dotes humorísticos do Sr. Deputado Paulo Estêvão, nem vou usar dos meus dotes de cantor, irei usar apenas os pequenos que tenho em alguma prosa.

Como as brisas das manhãs, por vezes também há as ventanias da noite. Assim também é o mundo desta nossa democracia, desta nossa Casa.

Para os que achavam que a brisa os beijaria todas as manhãs, surpreenderam-se com a ventania de uma noite gélida de outubro.

Mas hoje nem aqui viemos falar nisto, nem nos apeteceria recuar no tempo, mas sim pensar numa ventania de mudança, aquela que muitos ansiavam, aquela que poderá ser uma nova oportunidade para a nossa terra.

Houve o tempo de ir a votos, o tempo de aprovar, ou não, um programa de Governo, o tempo da reflexão, da negociação, do refinamento, da birra ou da congratulação. Hoje é o tempo da ação. Tudo isto é a democracia, tudo isto é próprio desta Casa. Até poderia dizer que tudo isto é o nosso Fado.

Mas que também fique o alerta, tal como o tempo não volta atrás, nem a palavra deixa de ser dita, de pouco vale viver sob uma ameaça constante ou uma chantagem permanente, ...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: ... que seja este o aviso, que seja este o sentimento. Os Açores não precisam, os Açores não merecem, e os Açores não querem.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Estes são tempos novos, difíceis, mas também de oportunidades. Tempos em que podemos ter coragem de fazer diferente e até achar que podemos fazer melhor, mas nem Roma nem Pavia foram feitas num único dia.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Estes são tempos de pandemia, de sacrifício, de luta, de muita dor e de muita perda para todos os açorianos. Tempos em que a vertente social tem de ser a mais acarinhada, a mais importante, e a que mais nos devemos preocupar. Certamente não será o tempo das grandes obras, das fogueiras das vaidades, porque cada cêntimo que aí gastarmos pode amanhã fazer falta na mesa das famílias açorianas.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

E foi pensando naqueles que mais sofrem que o Chega trouxe, à Casa da Democracia, um valioso apoio aos nossos queridos velhinhos. Pessoas que trabalharam toda uma vida, que nos ensinaram o pouco ou muito que sabemos, que nos transmitiram os nossos valores e tradições, aquilo que somos enquanto

açorianos, mas que constantemente parece que fingimos esquecer, ou teimamos em ignorar as suas dificuldades.

Foi com este sentimento de injustiça que o Chega fez valer a sua voz, fez afirmar que temos de saber tratar os nossos idosos com a maior justiça e com mais dignidade.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Apoiado!

O Orador: Um dos maiores dramas que todos assistimos é, sem a menor dúvida, a forma pouco digna com que muitos dos nossos idosos são tratados, com as pensões de miséria que recebem. É um ataque à dignidade de quem tudo deu e agora pouco ou nada recebe da sociedade para que tanto contribuiu.

A segunda Primavera da vida transformou-se para muitas pessoas num tenebroso inverno que parece ser um constante desafio para quem vive com apenas pouco mais de duzentos euros mensais.

Um país, um povo que não honra os seus idosos, é um povo que teima em ser ingrato com as suas raízes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Sejam da direita, sejam da esquerda ou até mesmo do centro, jamais poderemos ficar indiferentes a esta triste realidade. Temos nas nossas mãos, enquanto representantes do povo, a nobre tarefa e o dever supremo de contribuímos para melhorarmos, nem que seja um pouco, as vidas destes nossos açorianos.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Muito bem!

O Orador: É esta a nossa missão independentemente das ideologias de cada um de nós, de cada força partidária.

Para quem ainda não percebeu o que aqui trazemos, é bom explicar que este é um aumento, sem precedentes, do Complemento Regional de Pensão, o popularmente conhecido “CHEQUE PEQUENINO”.

Aqueles que atualmente apenas recebem uma pensão de pouco mais de 200 euros, com um Cheque Pequenino no valor de €54 passarão a receber €81, o que corresponde a um aumento de 27,16 euros, representando assim uma subida de mais de 50%.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e Membros do Governo)

Para os que dizem que somos contra os apoios sociais, aqui está a nossa resposta com esta iniciativa, de forma corajosa, que há muito já deveria ter sido implementada. E não nos iremos ficar por aqui.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se muito falamos na corrupção e se outros acham importante combatê-la é porque, de facto, ela existe, é real e temos de a travar. Fingir não existir, ou até bem pior, branquear a sua existência, é um erro democrático, de justiça e de civilidade.

Neste sentido, o Chega apresentou uma proposta tendo em vista o combate à corrupção, à fraude e ao clientelismo. Trata-se de uma medida de cariz técnico com o objetivo de diminuir estes riscos, quer na administração pública, quer na contratação pública.

Assim, o Chega propõe um reforço de 50 mil euros para as atividades inspetivas com o objetivo de combater e dissuadir os atos de corrupção.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Todos sabemos que enquanto a corrupção não tiver a mão pesada da justiça, de forma célere, colocando os autores na cadeia esta nossa luta nunca acabará.

Infelizmente, vivemos num país que não penaliza os corruptos, chegando até mesmo a os premiar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Termino esta intervenção do Grupo Parlamentar do Chega dizendo que estaremos sempre atentos à necessidade de reduzir a máquina do Estado, inverter a subida do RSI, aumentar ou criar emprego e oportunidades laborais. Neste sentido, é urgente criar mecanismos que possibilitem mais emprego nos Açores, permitindo dar novas oportunidades a pessoas que estão atualmente a beneficiar de apoios sociais como o RSI.

Jamais estaremos indiferentes ou distraídos às questões da educação, da cultura, da saúde, dos transportes, e muitas mais áreas que são fundamentais para o desenvolvimento integral de todas as ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Chega é uma força partidária responsável, ativa e cooperante, mas nunca passa cheques em branco seja a que Governo for, foi com esta missão que o Povo cá nos colocou.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras do CDS-PP. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos um tempo de exceção que suspendeu o quotidiano dos Açorianos e teve graves consequências na economia da nossa Região.

Na maior crise da nossa geração, à semelhança do que fizemos em tantos feitos da nossa gesta, temos que nos superar e responder solidariamente às adversidades que temos pela frente.

Os Açorianos sabem que estamos num combate que nos convoca a todos.

Os Açorianos sabem, que se há coisa que ficou demonstrada ao longo da nossa história é que, juntos, somos capazes de ultrapassar os obstáculos e reerguermos perante os novos desafios.

Este Orçamento e este Plano representam, por isso, em primeiro lugar, a afirmação de uma renovada esperança num novo tempo de progresso e desenvolvimento pelo qual os Açorianos ansiavam e o futuro da Região requer.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: A uma alternativa programática, capaz de congrega a vontade de uma maioria, expressada nas últimas eleições, junta-se agora, com este orçamento e este plano, a afirmação de propostas e medidas que manifestam a vontade e a determinação de responder ao presente e de construir o futuro.

Estamos perante um Plano e Orçamento verdadeiramente dialogado e verdadeiramente democrático. Mas se muitos o entendem assim, aos olhos de

alguma oposição, isto é visto como se de uma desgraça se tratasse, adjetivando muitas vezes estes documentos de manta de retalhos ... mas uma democracia mais rica com mais pluralidade, mais diálogo, mais partilha de ideias, não fica a ganhar? Tenho a certeza que sim e principalmente ficam a ganhar os Açorianos!
Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sabemos que a nossa resposta será tanto mais capaz quanto maior for a capacidade que tivermos em superar dissensos e consensualizar as respostas necessárias.

Neste sentido, este Plano e Orçamento constituiu uma prova clara de que esta maioria de governo é alicerçada numa sólida capacidade democrática de diálogo que consegue unir vontades e construir soluções.

Estamos, por isso, perante um Plano e Orçamento que demonstra um pleno funcionamento da nossa democracia, da nossa assembleia e da nossa autonomia que muito nos deve orgulhar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este orçamento e este plano são a demonstração inequívoca de que este parlamento, alicerçado num ideal de justiça social e na gestão responsável dos nossos recursos públicos, tem hoje a capacidade de afirmar um novo paradigma de políticas públicas que potencializa os recursos de cada uma das nossas ilhas e contribui para um verdadeiro percurso de convergência económica e social da nossa Região.

Os dias que enfrentamos nesta crise de saúde pública que atravessamos trazem fatalmente à evidência os danos provocados no emprego, no rendimento disponível das famílias e nas empresas.

É, por isso, imperativo fazer o que tem que ser feito.

Precisamos de reerguer os nossos setores económicos.

Precisamos de restabelecer a atividade e o quotidiano das nossas ilhas.

Precisamos de responder aos mais pobres e mais vulneráveis que a pandemia fez crescer e expor ainda mais.

Precisamos de responder ao presente e construir o futuro.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É por isso que, na saúde, contrariamente aos caos herdado o caminho, trilha-se agora na capacitação do Serviço Regional de Saúde com os meios necessários para combater a pandemia, bem como garantir a prestação de cuidados de saúde aos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

É por isso que, no emprego, em alternativa à política de estágios e programas ocupacionais do passado, dão-se agora passos seguros contra a precariedade.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: É por isso que, na solidariedade social, perante os riscos de pobreza que se perpetuavam, responde-se agora com firmeza à priorização de quem mais precisa e no combate às causas da pobreza.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: É por isso que, na educação, ao insucesso das políticas de décadas, responde-se agora com mais qualificação.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: É por isso que, nos transportes, confrontados com a incapacidade operacional crónica, garante-se agora a mobilidade de todos a preços acessíveis.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

A Oradora: É por isso que, nas obras públicas, em substituição do anúncio crónico sem concretização, temos agora o compromisso de que as coisas são para se fazerem.

É por isso que, hoje, no ambiente, a um passado de subalternização estratégica, assume-se hoje a centralidade das políticas e a sua importância no desenvolvimento económico e social.

É por isso que, na agricultura, e nas pescas substitui-se as políticas de contingência do passado por novas políticas de sustentabilidade e de reconhecimento da importância dos setores para a nossa economia.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o CDS e para este governo é este o paradigma da responsabilidade com que exercemos os nossos mandatos.

Fomos eleitos para contribuir para melhorar a vida dos Açorianos e não nos resignamos na procura de soluções para os problemas.

Apresentamos as nossas propostas e estamos prontos para construtivamente nos pronunciarmos sobre as propostas dos outros partidos.

Não nos confinamos na diferença.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O que nos move na nossa ação política são os Açores e os Açorianos.

Temos por isso a capacidade de dialogar, de unir esforços e responder aos interesses da Região e dos Açorianos.

O XIII governo tem no grupo parlamentar do CDS um parceiro firme das suas políticas.

OS Açorianos têm no XIII governo da nossa Região um projeto humanista e reformista que a Região precisa e os Açorianos merecem.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Grande discurso!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra, pelo PSD, ao Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmo. Sr. Presidente do Governo

Regional dos Açores, Exmo. Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Concluímos, hoje, aqui, na intemporal e sempre bonita cidade da Horta, na Ilha do Faial, onde se situa o coração da Autonomia da Região Autónoma dos Açores, o “Debate” relativo às “Orientações de Médio Prazo 2021/2024”; do “Plano Regional Anual de 2021” e do “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021”, diplomas estes apresentados a esta Assembleia Legislativa pelo 13º Governo Regional, que se revestem de vital importância para o desenvolvimento dos vários domínios que compõem a nossa Sociedade, com vista a conferir novos e melhores índices de qualidade de vida ao Povo dos Açores.

Todos os partidos políticos com assento nesta Assembleia Legislativa tiveram, assim, a oportunidade de cumprir a sua elevada missão de analisar os objetivos e os instrumentos financeiros a eles associados para a governação das nossas Ilhas, da responsabilidade do atual Executivo dos Açores, com o propósito digno de manifestar a sua anuência, bem como as suas discordâncias quanto a determinadas opções, e de apresentar as suas propostas de alteração aos documentos em apreço, assentes, naturalmente, nas suas ideologias políticas, mas sempre orientados pelo firme propósito de melhor servir os Açores e os Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No honroso compromisso de cumprir e fazer cumprir a Autonomia dos Açores, dignificando todos aqueles que no passado encetaram permanentes lutas de cabeça sempre erguida para cravar a “letras de ouro” no brasão de armas dos Açores a Divisa “*Antes morrer livres que em paz sujeitos*”, contribuímos todos, mas todos mesmo, neste Parlamento, para um amplo debate, que se revelou plural e deveras proveitoso para, no fim deste momento,

aprovarmos aquelas que são as mais adequadas propostas para elevarmos a Região Autónoma dos Açores a novos patamares de desenvolvimento.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Como faz parte da nossa maneira de “ser e de estar”, solidária e afetiva, decorrente de séculos de vivência em ilhas isoladas a meio do Atlântico Norte, não encaramos os diplomas em debate como meros documentos que apresentam um conjunto de intenções assentes em muitos números, cheios de pontos e vírgulas, que se relacionam com imensas partes, sempre muito bem alinhados, divididos e somados, que se encaixam e ornamentam variadíssimos gráficos, que preenchem de modo organizado quadros e mais quadros do modelo “excel”, que nos atiram intensa informação ao percorrê-los com o nosso olhar, obrigando-nos a esquematizar o pensamento, e nos remetem para o lado frio e calculista das barras do “deve e do haver” das tabelas contabilísticas que, no fim de contas, de forma impiedosa, comandam a nossa vida e, claro, condicionam os nossos objetivos.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: É preciso afirmar que por dentro deste “Plano e Orçamento para o ano de 2021” há muitos números e contas que resultam de propostas concretas que são apresentados por um Governo Regional compostos por Mulheres e Homens de carne e osso, que têm sentimentos, personalidade, experiência de vida e de trabalho.

Mulheres e Homens que todos os dias laboram intensamente para preconizar o desenvolvimento social, económico e cultural da Região Autónoma dos Açores, assente na melhoria da qualidade de vida do nosso Povo.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Mulheres e Homens que olham para as nossas Ilhas com a ambição de deixar para os “Açorianos de Amanhã” uma Região que lhes encha a alma de orgulho ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... pelo legado que receberam, e lhes alimente a esperança de fazer mais e melhor para que os Açores alcancem novos patamares de desenvolvimento que nos possam projetar para uma verdadeira dimensão de bem estar, digna do desígnio que o nosso Povo exige e merece!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao fim de 24 anos de governação da responsabilidade exclusiva do partido socialista, o Partido Social Democrata foi chamado a assumir novamente a responsabilidade de elaborar um Plano e Orçamento para a Região Autónoma dos Açores.

É certo que não o fez sozinho.

Mas a sua marca, a sua impressão digital está lá e está bem vincada.

Mas o que assume maior importância é que o atual Executivo dos Açores, constituído pelo PSD, o CDS-PP e o PPM, conseguiu traduzir nos documentos de expressão financeira para o ano de 2021, que estiveram aqui em debate, o Programa de Governo do 13.º Governo Regional dos Açores, aprovado em dezembro último neste Parlamento.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Este Executivo Regional teve o mérito de, nos diplomas em apreço, harmonizar as propostas provenientes dos partidos políticos que formalizaram a presente Coligação Governativa, como também as apresentadas pelas forças

partidárias com as quais firmou compromissos parlamentares, designadamente com o CHEGA e com o INICIATIVA LIBERAL, tendo igualmente evidenciado abertura para acolher no “Plano e Orçamento para este ano de 2021” propostas oriundas do “Partido dos Animais e Natureza”, num processo que se desenvolveu de modo aberto, dinâmico e verdadeiramente construtivo.

Mas não se ficou por aqui. Este Governo Regional, ao longo de todo o processo de elaboração destes documentos de expressão financeira para as políticas que pretende implementar na Região Autónoma dos Açores no ano em que vivemos, não deixou de atender aos contributos dos diversos parceiros sociais e de determinados Conselhos de Ilha que lhe fizeram chegar as suas preocupações e anseios mais prementes.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: E é por isso, essencialmente por isso, que não temos dúvidas em afirmar de viva voz, no “Tempo Novo” em que vivemos, onde o Parlamento assume uma efetiva centralidade na decisão da nossa vida coletiva, que este é o Plano e Orçamento mais democrático e plural da História da Autonomia dos Açores.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Este é o Plano e Orçamento do Povo dos Açores.
Que constitui o reflexo da sua vontade soberana.

Não pode haver um plano e orçamento mais construtivo do que aquele que reflete a voz de quem votou maioritariamente num projeto alternativo à longa governação do partido socialista.

É, também por este facto, que este plano e orçamento apresenta-se como uma proposta de sólida mudança, de rutura firme com um passado de vinte e quatro anos de sucessivos governos socialistas.

Este Plano e Orçamento que analisamos e debatemos nos últimos dias demonstrou que está focado no futuro da nossa Região Autónoma e compromete-se em desenvolver os Açores para bem dos Açorianos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma proposta que quer assumir um “Tempo Novo” nos vários setores da governação.

Que quer dignificar a Saúde, percorrer novos caminhos na educação, apoiar as famílias, combater eficazmente a pobreza, afastar a exclusão social, correr com as dependências, acentuar a solidariedade social, estimular o crescimento da economia, revolucionar os transportes marítimos e aéreos, aproximar os açorianos, apostar na agricultura, nas pescas e no turismo, proteger o nosso mar, entre tantos e tantos outros desafios importantes para o desenvolvimento das nossas Ilhas e das nossas gentes.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Esta é uma proposta que tem o objetivo de combater anos de atraso no nosso desenvolvimento e de dependências que as políticas socialistas gradualmente nos impuseram.

A defesa do interesse dos Açores e dos Açorianos faz-se não só com mais

energia, mas também de forma alegre e positiva.

Temos, por isso, a plena convicção que este Plano e Orçamento constitui uma nova forma de fazer política na Região Autónoma dos Açores.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O partido socialista dos Açores ainda não conseguiu reposicionar-se no atual panorama político regional.

Prova desse facto assenta nas posições públicas que assumiu, pela voz do seu presidente Vasco Cordeiro, sobre a proposta do Plano e Orçamento para 2021 apresentado pelo atual Executivo dos Açores neste Parlamento, não lhe reconhecendo a devida *sustentabilidade* para conduzir os destinos da nossa vida coletiva.

Já é tempo do partido socialista perceber que, no dia 25 de Outubro de 2020, a maioria dos Açorianos reprovou as suas políticas que conduziram a Região Autónoma dos Açores aos piores indicadores em áreas fundamentais como a Saúde, a Educação, o Emprego e a Pobreza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas por contraponto às considerações que o partido socialista teceu sobre os diplomas que debatemos nestes dias, basta olharmos para os planos e orçamentos e para os objetivos a eles agregados das últimas duas legislaturas da sua exclusiva responsabilidade, para facilmente constatarmos o quanto foi errada a sua atuação, não tendo transitado para este novo governo nenhum saldo orçamental financeiro positivo, nem herança social e económica minimamente recomendável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na verdade, basta trazer ao debate a enorme dívida no sector da saúde; a dramática lista de espera de cirurgias; a lista de espera de meios de diagnóstico; as inúmeras consultas que não se realizaram, ou os milhares de

açorianos sem médico de família.

Recordar o que se passou na Educação com o abandono escolar precoce e com a situação confrangedora de muitos professores com vínculo laboral precário e outros tantos sem colocação, com tudo o de negativo que tal circunstância acarreta.

Lembrar que os governos da responsabilidade do partido socialista foram responsáveis pela falência do combate à pobreza e exclusão social, o que faz que sejamos a Região que tem o maior índice de pobreza do país.

Podemos também falar do autêntico desastre da participação dos governos regionais do partido socialista no Sector Público Empresarial Regional, cujas dívidas assumem contornos dramáticos que colocam em causa a subsistência da maioria das empresas que compõem este sector.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Trazer à memória do partido socialista o estado caótico em que deixou a nossa companhia aérea, a SATA, cuja dívida ascende a mais de quatrocentos milhões de euros.

Afirmar perante o partido socialista que a Dívida global do sector público regional, abrangendo as entidades do sector público administrativo regional e restantes entidades do sector público, não incluídas no perímetro orçamental, com exceção do grupo EDA, atingiu, adicionado à PPP, em 2018, 3 mil e 42Milhões de Euros, ou seja, quase 71% do nosso Produto Interno Bruto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Reavivar ao partido socialista o facto dos Açores sob a sua governação nunca terem crescido em verdadeira convergência com o País e

com a União Europeia.

A governação socialista ignorou mesmo os sucessivos alertas e recomendações do Tribunal de Contas quanto a erros e omissões das contas públicas regionais, como aconteceu em 2017.

Por esta via facilmente se constata que o partido socialista, enquanto foi governo nos Açores, tratou muito mal as nossas finanças públicas, ao ponto, da maioria dos Açorianos terem reprovado a sua atuação.

Enfim... os governos do partido socialista não deixaram uma herança, mas sim um enorme e enredado passivo que os açorianos têm de pagar e cuja prescrição, ao contrário do que acontece em outras áreas, aqui não existe!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Importa ter presente que o Plano e Orçamento para o ano de 2021 ainda é um instrumento de transição e que imperativamente terá de assumir e pagar muitas dívidas e corrigir muitos erros da atuação dos governos do partido socialista.

Mas é também um plano e orçamento condicionado pelo facto de vivermos em tempos de pandemia de Covid 19 que abalou o mundo e condiciona gravemente as nossas vidas.

Apesar deste facto, não podemos, desde já, deixar de salientar a ambição que se encontra bem patente no trajeto que este documento financeiro pretende fazer para o ano de 2021 na nossa Região Autónoma.

As medidas destinadas a apoiar as empresas no âmbito do combate à pandemia de Covid-19, tão necessárias para a sua subsistência económica; as alterações

ao nosso ordenamento fiscal, repondo o respetivo diferencial, com o objetivo de disponibilizar maior liquidez às famílias e ao nosso tecido empresarial; o reforço do financiamento da saúde, alocando o maior orçamento alguma vez visto para este sector; a transferência de verbas para a Sata e o estabelecimento de uma “tarifa Açores”, que vai permitir que os açorianos possam viajar entre as nossas Ilhas com um valor máximo de 60 euros, imprimindo, deste modo, uma dinâmica sem precedentes na mobilidade da nossa população e um novo impulso na economia da nossa Região Autónoma, merecem, Sr. Presidente do Governo, o nosso devido elogio e a inteira aprovação por parte do grupo parlamentar do Partido Social Democrata.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Também destacamos o nosso assentimento à proposta de alteração apresentada para o aumento do complemento regional de pensão.

Os nossos idosos, que trabalharam uma vida inteira, sempre receberam pensões muito baixas ao longo das governações do partido socialista, motivo pelo qual merecem, agora, uma atenção acrescida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este plano e orçamento contempla o maior aumento de sempre no complemento regional de pensão, permitindo, assim, que os nossos idosos tenham acesso a novos índices de bem-estar social.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Manifestamos, do mesmo modo, o nosso empenho para a aprovação da medida contida nos documentos em análise que determinam que o atual Governo Regional dos Açores integre nos quadros da administração pública centenas de nossos concidadãos que andam há anos a cumprir programas

ocupacionais atrás de programas ocupacionais para suprir necessidades públicas permanentes sem conseguir cumprir um projeto profissional e de vida.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Perante estas inovações nos sectores fundamentais da nossa sociedade, implementadas no plano e orçamento para a Região Autónoma dos Açores neste ano em que vivemos, qual a posição que o partido socialista decidiu assumir no âmbito da presente discussão?

Na senda na sua longa atuação governativa, caracterizada por não ter uma estratégia definida para os Açores, decide apresentar um conjunto de propostas de alteração aos diplomas financeiros em causa que, a merecerem provimento, tornavam, isso sim, o orçamento *insustentável*, destruindo a execução das políticas que os atuais órgãos de governo próprio entendem como as mais adequadas ...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: ... e sobretudo realistas para a atual conjuntura social e económica que atravessamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Do conjunto de propostas apresentadas pelo partido socialista, certamente que o Parlamento irá acolher somente aquelas que se enquadram no perfil do sentido de responsabilidade, no que diz respeito à sua execução, e que possam contribuir para dar uma maior amplitude democrática à ação governativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E esta atitude responsável deve merecer a ponderação devida na opção que o partido socialista tem de fazer em relação ao seu voto.

Na eventualidade de apresentar um voto contra a aprovação do plano e orçamento para 2021, o partido socialista assume claramente perante o Povo da nossa Região Autónoma que não aprova a diminuição dos impostos para os açorianos; ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... que rejeita a diminuição da carga fiscal para as empresas; que não concorda com o aumento do complemento regional de pensão para os nossos idosos e que não admite que os açorianos possam viajar entre as nossas ilhas com o valor máximo de 60 euros.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Ao votar contra este plano e orçamento para 2021, o partido socialista afirma que não aceita que se proceda ao maior investimento na saúde alguma vez feito, sobretudo em tempo de pandemia de covid-19, e assume publicamente, de uma vez por todas, que não quer salvar a Sata; como não aceita a integração dos açorianos que exercem funções ocupacionais nos quadros da administração pública regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao assumir um sério “não” à aprovação a este plano e orçamento para 2021, o partido socialista opta, inclusive, por não concordar que o atual executivo dos Açores continue a desenvolver um conjunto de medidas da

autoria do então Presidente Vasco Cordeiro, o que se revela manifestamente contraditório e, assim, incompreensível para todos nós.

Apelamos, por isso, ao sentido de estado que o partido socialista diz ter e, nesta medida, desafiamo-lo para que, no mínimo, se abstenha na votação deste plano e orçamento para que o atual Governo Regional possa executar as políticas que planeou para a Região Autónoma dos Açores.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O partido Social Democrata analisou e debateu com seriedade e rigor este plano e Orçamento para este ano de 2021.

Trabalhamos com afinco juntamente com o CDS-PP e com o PPM para, mediante as propostas de alteração que apresentamos aos documentos financeiros em causa, melhorarmos a ambição neles contida.

Consideramos as propostas dos demais partidos políticos, com natural destaque para os que conosco celebraram acordos de incidência parlamentar, designadamente o CHEGA e o Iniciativa Liberal.

Temos a profunda convicção que vamos conseguir incluir medidas concretas que vão ao encontro do que a maioria dos Açorianos esperam de nós e anseiam para melhorar a sua segurança na saúde e respetivas condições de vida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assumimos, assim o compromisso de votarmos favoravelmente o Plano e Orçamento para o ano de 2021 apresentado pelo atual Governo Regional dos Açores.

É por causa disso que estamos, hoje, aqui, na intemporal e sempre bonita cidade da Horta, na Ilha do Faial.

Prontos para servir o Povo da Região Autónoma dos Açores.

Como sempre fizemos!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos e Açorianos:

O Parlamento dos Açores está a concluir o debate sobre as propostas de Plano e Orçamento regionais para 2021, e das Orientações de Médio Prazo 2021-2024. Estes são documentos de importância fundamental para o futuro dos Açores, e o seu debate e votação correspondem ao cumprimento de uma das mais importantes funções e ao exercício de um dos mais nobres poderes deste Parlamento.

Através deles, não só o Governo solicita ao Parlamento autorização para afetar o dinheiro dos Açorianos à concreta realização de despesas, bem como, pelo seu efeito, direto ou indireto na economia e na sociedade açorianas, os mesmos traduzem uma determinada visão, quer do exercício do poder, quer das metas e objetivos que se pretendem alcançar.

Em suma, é também por estes documentos que, em grande medida, mas não apenas, se percebe por onde e para onde o Governo e o Parlamento dos Açores querem que a Região caminhe.

A este significado político, o qual já resultaria em qualquer circunstância, o momento presente faz acrescer um outro simbolismo político de natureza conjuntural.

Estas concretas propostas de Plano, Orçamento e Orientações de Médio Prazo não são apresentadas ao Parlamento pelo partido que venceu as últimas eleições legislativas regionais.

Elas são o resultado das necessidades de satisfação dos interesses da coligação negativa de partidos derrotados nessas eleições, os quais se conluiaram para, à verdade do voto dos Açorianos, contraporem a sua verdade da relação de forças parlamentares.

Perguntarão alguns que relevância terá essa componente para a apreciação dos documentos em análise?

A resposta é: muita!

Desde logo porque esta é a primeira oportunidade que essa coligação negativa tem para, de forma concreta e quantificada, apresentar ao Parlamento dos Açores o seu modelo alternativo de desenvolvimento, as soluções diferentes para o futuro da nossa Região.

Na verdade, assentando a sua génese, não numa vitória, mas sim num somatório de derrotas seria legítimo pensar que nestes documentos se apresentaria uma solução diferente, um modelo alternativo, uma outra via para concretizar o desenvolvimento e o bem-estar dos nossos concidadãos.

Infelizmente, assim não acontece.

O Governo Regional apresentou-se perante este Parlamento duplamente derrotado: Derrotado perante si próprio e derrotado perante o Povo Açoriano.

Derrotado, em primeiro lugar, perante si próprio, porque se revela incapaz de se afirmar como intérprete e executor de um projeto político coerente, coeso, lógico e articulado.

Os documentos que analisámos constituem, sim, uma autêntica manta de retalhos em que, sob o pano da cópia pura e simples da estrutura de planeamento anterior, se aplicam os remendos dos interesses partidários, corporativos e de ocasião a que este Governo abre as portas e dá guarida.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O que daqui resulta é algo de disforme, incoerente e contraditório, desde logo, do ponto de vista político, mas também do ponto de vista das políticas, da estratégia de desenvolvimento e dos resultados que se pretendem alcançar.

Os mais distraídos dirão que juízo tão rigoroso só pode ser fruto de uma incongruência e flagrante contradição, pois, bastante mais de 2/3 do Plano e do Orçamento deste Governo são, no fundo, a continuação de projetos, de programas e de ações que vêm do anterior Governo da responsabilidade do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os que assim pensam esquecem um dado que faz toda a diferença: a realidade mudou, e de que forma!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Ah, pois mudou e de que forma!

O Orador: A realidade sobre a qual estes documentos pretendem intervir alterou-se, radicalmente, desde que foi aprovado o último Plano e Orçamento da Região, e, incomensuravelmente mais, desde que foram aprovadas as últimas Orientações de Médio Prazo, no já longínquo ano de 2017.

Dois dados parecem-nos suficientemente elucidativos quanto à alteração dessa realidade: a pandemia de COVID-19 e a criação, na sequência desta, de um

conjunto de mecanismos de apoio, desde logo, a nível europeu, tais como o Plano de Recuperação e Resiliência e o programa REACT-EU.

Estas circunstâncias obrigariam, pelos montantes que disponibilizam à Região, pelas suas metodologias de funcionamento, pelos investimentos que consideram elegíveis e pelo tempo limitado em que é possível à Região recorrer a elas, que o planeamento para este período, quer anual, quer de quatro anos, fosse orientado de forma particularmente incisiva, evidente e eficaz para o seu aproveitamento.

Não é isto que acontece!

Na constrangedora inconsciência das oportunidades que se oferecem à Região no domínio dos fundos comunitários de diversa natureza, o Governo Regional preferiu a pretensa, mas ilusória, segurança da cópia do que vinha de trás, à ousadia e ambição do que se apresenta no Presente e no Futuro.

Ao invés da ousadia estratégica para o Futuro da nossa Região, o Governo Regional preferiu a comodidade imediata da tática simplista, na secreta, mas pouca disfarçada esperança que, assim, condicionaria o PS.

É triste, sobretudo para os Açores...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): É verdade!

O Orador: Aquilo que estes documentos revelam, aquilo que estes três dias de debate comprovam, é que muitas das políticas, das soluções que, vindas de anteriores governos do Partido Socialista, este Governo assepticamente reproduz nas suas propostas de Plano e de Orçamento deveriam ter sido mudadas.

E deveriam ter sido diferentes, mesmo que tenham produzido resultados e produziram resultados.

Mas produziram noutro tempo e noutras circunstâncias!

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E aquilo que este Governo falha em alcançar é que, em várias áreas decisivas, o tempo que vivemos, a realidade que vivemos, a conjuntura que vivemos, mudou e, por isso, exige outras soluções, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... outras políticas e não aquelas que o mesmo repete nestes documentos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E é por isso que, ao soçobrar na apresentação de um projeto de desenvolvimento atual, coerente, coeso e articulado, o Governo chega a este Parlamento derrotado perante si próprio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Conforme atrás referi, este Governo apresenta-se, hoje e aqui, igualmente derrotado perante os Açorianos.

Em apenas cinco meses, são já muitos os casos e os exemplos de compromissos e de profissões de fé que, não só ficaram pelo caminho, como a prática do Governo constitui o mais cruel e cabal desmentido à sinceridade das proclamações.

Centremo-nos em 4 áreas que são bem ilustrativas desse processo de degradação de incumprimentos e de desilusão: o diálogo, a humildade a transparência e a desgovernamentalização.

A começar pelo próprio processo de elaboração destes documentos, o Governo atropelou desastrosamente as competências dos Conselhos de Ilha e do Conselho Económico e Social, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... não só ao enviar-lhes uma proposta diferente da que entregou neste Parlamento, mas, sobretudo, porque, ao contrário do que estabelece a lei, não teve em conta, nem aguardou pelos seus pareceres para, depois, entregar as propostas.

Assim, de uma penada, e numa matéria tão importante como o Orçamento da Região e o Plano de Investimento, reduziu-se a cinzas o diálogo tão apregoado. Ao tentar emendar a mão, mais uma vez desastradamente, fê-lo como se o Parlamento fosse uma simples extensão do Governo.

Em vez de reconhecer que houve um lapso, um engano, um erro ou omissão, ou que necessitava de mais tempo, o que não seria inédito, o Governo Regional experimentou o toquezinho de arrogância e, vai daí, pretendeu assumir um poder que, após a entrega das propostas, só o Parlamento detém. E assim se deu uma machadada na tão apregoada humildade.

E não, estas não são simples formalidades!

Estas são obrigações que uma lei aprovada por este Parlamento determina ao Governo Regional que cumpra nestas situações, e que nem os Governos anteriores com as maiorias absolutas mais robustas, fossem eles do PSD ou do PS, algumas vez ousaram desrespeitar de forma tão clamorosa e evidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: No que respeita à transparência, quer os documentos, quer o debate que aqui se desenrolou, evidenciam uma postura de preocupante opacidade nos propósitos e um total incumprimento no dever de esclarecer.

Nem os documentos são transparentes, nem os debates permitiram esclarecer aquilo que aqueles, consciente ou inconscientemente, pretendem esconder.

As questões colocadas foram umas quantas vezes ignoradas e, noutras tantas, as respostas omitidas.

Assim aconteceu por falta de tempo para o Governo responder?

Não!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Joaquim Bastos e Silva*): Já respondeu!

O Orador: Assim aconteceu porque o Governo optou, consciente e deliberadamente, por não responder.

O Governo pela sua postura neste debate não procurou, nem procura, um voto do Parlamento que traduza a comunhão de objetivos, mesmo que assente em diferentes perspetivas quanto ao caminho para os alcançar.

Procurou apenas um cheque em branco, não se dando ao trabalho de responder, de esclarecer ou de confrontar a sua perspetiva com outras visões.

Talvez isso resida no fato do Executivo parecer achar, e estar à espera, que estes três dias de debate fossem apenas uma formalidade para ser transmitida na televisão, na qual, à prédica das Senhoras e dos Senhores Membros do Governo, o Parlamento ficasse, mudo e quedo, em êxtase e adoração.

Importa, a este propósito, em jeito de parêntesis, esclarecer que os debates parlamentares sobre o Plano e o Orçamento processam-se aqui, no Plenário da Assembleia Legislativa, no pleno da representação do Povo Açoriano, e não nas Comissões desta casa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: O papel das Comissões não é substitutivo do Plenário, mas sim complementar ao do Plenário.

Se outras razões não existissem, - e há! -, restaria sempre aquela que é decisiva: é no Plenário que a totalidade dos deputados está representada no mesmo plano de igualdade.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Por isso, nesta matéria, como em tantas outras, entre o palco pleno do debate parlamentar e o alçapão da conversa reservada em *petit comité*, optamos, clara e convictamente, pelo que se traduz em maior transparência e participação.

É o trabalho das Comissões que está subordinado ao trabalho do Plenário.

Não é o trabalho do Plenário que está subordinado ao trabalho das Comissões!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos e Açorianas:

Poder-se-ia ainda pensar que o Governo assim agiu, nessa sua reserva e economia de respostas, porque os documentos que apresentou são suficientemente claros nos seus propósitos e claramente suficientes nas suas explicações, e na análise das consequências e efeitos das opções tomadas.

Infelizmente, também não é o caso. E o exemplo mais do que elucidativo que não é verdade, é, exatamente, uma das propostas em que o Governo quis esgotar a sua comunicação pública à volta destes documentos: refiro-me ao custo das tarifas inter-ilhas.

E para demonstrar essa evidência, basta referir o seguinte:

O Governo Regional, no meio de todos os seus anúncios sobre esta matéria, e, em especial, no que consta dos documentos, diz quanto vão pagar os Açorianos que viajem inter-ilhas: 60 euros.

Deputado Bruno Belo (PSD): O máximo!

O Orador: Aquilo que o Governo não diz, aquilo que o Governo esconde, aquilo a que o Governo se recusou a responder, é quanto, para garantir essa tarifa de 60 euros, pagarão, através dos seus impostos, os Açorianos que não viajem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Repito: todos nós sabemos quanto pagarão os Açorianos que viajarem inter-ilhas. O que não sabemos é quanto pagarão os que não viajarem para garantir esse preço.

Deputado Carlos Freitas (PSD): É muito mau!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa parte é preciso não esquecer!

O Orador: Também sabemos que, para garantir esse valor, a Região com o dinheiro dos impostos terá de compensar a companhia aérea que opera nessas rotas, a qual, no momento presente, é a SATA.

O que nós não sabemos, o que nós perguntámos e não obtivemos resposta, é, exatamente, quanto será necessário pagar à SATA com o dinheiro dos impostos dos Açorianos para que existam tarifas a 60 euros.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): É menos que um cachalote!

O Orador: Sabendo nós que todos concordamos com um modelo em que, através dos impostos, se garantam preços mais baixos, e isso deve ficar claro, o que é fator da maior inquietação é a recusa do Governo Regional em responder à pergunta que lhe foi colocada a este propósito.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Quanto custou o cachalote?

O Orador: E assim se foi a transparência...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente, Açorianas e Açorianos:

A outra área que demonstra, claramente, que o Governo diz uma coisa e faz o seu contrário é a da tão apregoada desgovernamentalização.

É cada vez mais evidente, é cada vez mais notória, a existência de uma atuação premeditada e concertada de criação, em cada vez maior número, de cargos de nomeação política neste Governo.

Todos os dias os sinais avolumam-se, amontoam-se de que a palavra de ordem parece ser *jobs for the boys*.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo)

E, receamos nós, a situação vai agravar-se ainda mais nos próximos tempos, depois do Governo ter garantida a aprovação destes documentos...

E cada vez mais se esfuma o decoro, a reserva, enfim, o pudor ou vergonha que pudesse haver nesse processo.

Este Governo pode ser novo no tempo que leva de existência, mas é velho, muito velho, nos tiques, nas práticas e nos vícios.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Ontem mesmo, enquanto o Parlamento aqui estava reunido, assim como que em jeito de provocação, o Governo fez publicar em Jornal Oficial uma Resolução do Conselho de Governo que, no âmbito da estrutura de gestão da certificação dos Açores como destino turístico sustentável, cria mais lugares de nomeação política.

Com efeito, essa resolução ontem publicada, face a uma outra aprovada em 27 de abril de 2018 sobre a mesma estrutura, tem as seguintes diferenças:

- Em vez de ser dirigida apenas por um coordenador, passa a ser dirigida por um coordenador e três vogais;
- O coordenador tem a sua remuneração aumentada e passa a ser remunerado como titular de cargo de direção intermédia de 1º grau;
- Os dois vogais, cujos cargos são agora criados, são remunerados como titulares de cargo de direção intermédia de 2º grau.

De referir, que nem as competências dessa estrutura houve o cuidado de alterar, renovando-se as mesmas nos exatos termos anteriores, esquecendo-se, por exemplo, que, entre 2018 e ontem, os Açores já garantiam a certificação como destino turístico sustentável.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Ou seja, dito de forma talvez mais clara: para fazer menos do que fazia a estrutura criada pelo anterior Governo, o atual Governo criou mais cargos políticos remunerados e aumentou a remuneração do cargo de coordenador que já existia.

E se, mesmo assim, ainda há dúvidas sobre o que isso significa, pois então aqui fica claro: o que antes custava cerca de 40 mil euros/ano, passará a custar três vezes mais, ou seja, mais de € 123.000,00/ano. E isto com menos trabalho para fazer...

A pergunta, que, naturalmente, não pode deixar de ser feita, a pergunta que os Açorianos ao ouvir isto se colocam e que dirigem aos partidos que compõem e sustentam este Governo:

Então, foi para isto que os Senhores se juntaram e tomaram o poder?!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente, Açorianas e Açorianos:

Todos estes factos, bem como a forma como decorreram estes debates, permitem reforçar uma convicção que a simples leitura dos documentos já indiciava: estes documentos sacrificam a sustentabilidade do desenvolvimento futuro da Região à necessidade de sustentação política deste Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É por isso que julgo ser o meu dever, na solenidade deste momento e deste espaço, renovar o alerta, exatamente, nos mesmos termos em que já o fiz:

Querer agradar a todos para garantir a sobrevivência do Governo, compromete e põe em perigo as condições financeiras, de sustentabilidade e de racionalidade da gestão da coisa pública com consequências que podem afetar a Região por muitos anos.

Nestas propostas de documentos previsionais, o Governo confunde o interesse da Região com a soma dos interesses dos partidos que o compõem, mais dos partidos que o suportam, mais de alguns interesses corporativos, a que se juntam vozes mais ou menos próximas, mais ou menos reivindicativas.

Sr. Presidente, eu não sei se me é permitido concluir.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado. Faça favor.

O Orador: Ora, o primeiro problema em querer dar tudo a alguns poucos é que isso leva, mais cedo ou mais tarde, a ter de exigir muito de muitos mais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, honrando a confiança que nele depositaram os Açorianos, está pronto para votar as propostas de Plano e Orçamento regionais para 2021 e de Orientações de Médio Prazo 2021-2014.

Fá-lo-emos com a consciência clara da responsabilidade que deriva da nossa qualidade de deputados eleitos pelo Povo dos Açores.

É a esse Povo, a cada um dos Açorianos, de todas as nossas 9 ilhas, que devemos trabalho e resposta!

E cá estaremos para continuar sempre, e em toda a parte, a pôr os Açores primeiro!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, para encerrar as intervenções finais e o debate, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores. Tem a palavra, Sr. Presidente, faça favor.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exa.; Exmas. Sras. e Srs. Deputados; Exmas./os Srs. Membros do Governo; Açorianas e Açorianos:

Saúdo, com responsabilidade e solidariedade as famílias e as empresas açorianas, com máximo respeito e compreensão para o difícil momento em que, nas nossas vidas, todos agora nos confrontamos.

A pandemia, duradoira e incerta, penaliza-nos a todos.

A resiliência, o cumprimento das regras e a estratégia inspiram a esperança de vencer o desafio.

Na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e durante estes últimos três dias de debate parlamentar, foram apreciados os documentos de planeamento, decisivos para a operacionalização e progressivo cumprimento do programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores, aprovado nesta democrática e plural casa da nossa Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tudo para que se passe do programático à ação concreta, com os meios financeiros disponíveis e enquadráveis no escrutínio da legalidade da despesa pública.

O Governo propõe a base, o primeiro impulso dos documentos, e o parlamento aprecia, altera e decide, com a legitimidade democrática e o respeito político pela vontade plural dos açorianos.

Deputado Pedro do Nascimento (PSD): Muito bem!

O Orador: Como bem disse, e cito, o líder parlamentar do PSD/Açores, Pedro Nascimento Cabral, «este é o orçamento mais plural e mais democrático de sempre», ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... e também a senhora deputada Catarina Cabeceiras, quando referiu e cito: «o Plano e Orçamento para 2021 demonstram a amplitude e elevada capacidade de agregação do XIII Governo Regional».

Ora, é isto que norteia o nosso Governo: diálogo e concertação.

A coerência do nosso sistema autonómico e democrático valida, em consequência do programa do governo, os instrumentos necessários para a sua concretização.

É o normal.

É o que corresponde à sequência lógica dos acontecimentos e com a devida coerência.

E convenhamos: só com a aprovação dos documentos em debate é que finalmente o novo Governo dos Açores poderá estar na plenitude executiva da sua estratégia e funções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Recordo que, apesar do muito que foi feito nestes últimos cinco meses, temos vivido com duodécimos, o que, apesar de tudo, limita, naturalmente, a nossa ação.

Deputado Pedro do Nascimento (PSD): É verdade!

O Orador: O caminho faz-se caminhando. Não há tempo a perder, e a emergência social e económica de cada pessoa e família, de cada empresa e atividade económica impõe urgência, assertividade e realismo, em políticas públicas racionais, solidárias e sustentáveis.

Para tempos excecionais, soluções excecionais e meios financeiros extraordinários.

Se é certo que temos quatro anos para cumprir com o programa de governo, uma legislatura, portanto, não queremos, como diz o nosso povo «deixar para amanhã o que pode ser feito hoje». E é isto o que temos feito.

Deputado Pedro do Nascimento (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: O que a nós próprios nos impomos é simples – Cumprir os compromissos no tempo e no quadro da legalidade da despesa pública.

Uma governação de confiança e transparência. De diálogo e de concertação. Um Governo empenhado em dar aos Açorianos melhores condições de vida e uma nova esperança.

É preciso que todos se envolvam, que proponham, que sejam críticos, que façam escrutínio democrático. Não abdicamos destes princípios: transparência e prestação de contas.

Deputado Pedro do Nascimento (PSD): Muito bem!

O Orador: O nosso caminho não se iniciou sob o desígnio da continuidade do que sempre foi feito, e por isso nestes documentos não se pode regredir nesse objetivo.

No entanto, e lembrando a pertinente observação do senhor deputado Paulo Estevão, é verdade que este plano e orçamento têm continuidades em relação aos anteriores plano e orçamento, porque e cito: «temos de cumprir os compromissos assumidos pelos anteriores governos dos Açores. É a nossa obrigação. É o nosso dever». Fim de citação.

Ora, cumprir os compromissos do anterior governo - os legalmente enquadrados - é cumprir os compromissos da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Pedro do Nascimento (PSD): Muito bem!

O Orador: E assim está assegurado no Plano e no Orçamento para 2021 e assumido pelo XIII Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Daqui se infere uma atitude reveladora do carácter desta governação. Cito o senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública: “«Um dos principais objetivos deste Plano e Orçamento é o de continuar a enfrentar a pandemia e os seus efeitos, mas de forma reforçada, uma vez que uma análise objetiva conclui que as medidas executadas em 2020 foram manifestamente insuficientes»».

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas também assinalamos, com orgulho, que representam uma mudança de paradigma da governação que propomos, e da qual se infere a estratégia reformadora verdadeiramente assumida.

E por ela não tememos a declarada discordância, designadamente do Partido Socialista.

Aliás, valorizamos essa diferença, que assegura a melhor compreensão da alternativa que esta maioria parlamentar de suporte ao XIII Governo da Região Autónoma dos Açores representa e quer afirmar.

Deputado Pedro do Nascimento (PSD): Muito bem!

O Orador: Com esforço, empenho e dedicação, como reconheceu o deputado Carlos Furtado, a propósito da sua referência ao Secretário Regional da Saúde e Desporto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sim!

Senhoras e senhores Deputados,

Para um programa de governo reformador, só podemos propor instrumentos de planeamento e de orçamento também reformadores.

Porque também temos a convicção, partilhando da ideia ontem dita pelo senhor deputado Pedro Neves de que para o PAN, por princípio e cito: «as legislaturas são para cumprir até ao fim». Fim de citação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Inspirado no pensamento filosófico de Henri Bergson, digo que não se podia esperar que este governo tivesse tudo feito neste curto tempo de existência, mas antes que se lhe dê o tempo de legislatura para então avaliar a experiência da sua governação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Aliás, recordo que sob apreciação estiveram também as Orientações de Médio Prazo 2021-2024, pelo que também me referirei a estas, nesta comunicação.

A vontade de mudar, expressou-se, de forma inequívoca, numa maioria parlamentar plural, mas com elevado sentido de responsabilidade democrática, pela afirmação estável de uma alternativa de governo, que gerou compromissos, com equilibrado denominador comum.

Sim! Senhoras e Senhores Deputados,

Nós temos, orgulhosamente, a indeclinável convicção da importância da redução dos impostos cobrados, aliás, em excesso, às pessoas singulares, às empresas e aos consumidores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista discorda da diminuição dos impostos. Já sabíamos e confirmamos neste debate.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Para a maioria parlamentar, formada pelo PSD, CDS/PP, PPM, Chega e Iniciativa Liberal, baixar os impostos é fundamental.

É inequívoca a nossa diferença e a mudança que garantimos aos contribuintes. Não somos continuidade, nem mais do mesmo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Reduzimos os impostos pelo máximo permitido pela Lei das Finanças Regionais. Sabemos que é uma perda de receitas para o Governo dos Açores, mas como bem disse o deputado da Iniciativa Liberal, Nuno Barata, e cito: «um euro a menos de impostos é um euro a mais na economia». Fim de citação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E nós defendemos a iniciativa privada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Acreditamos no poder e na liberdade individual. Na iniciativa privada como motor da nossa economia, cabendo ao governo o papel de regulador. Preferimos que os Açorianos tenham mais dinheiro no bolso do que utilizá-lo, por parte do Governo, como subsídio.

Deputados Pedro do Nascimento Cabral e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta redução fiscal não vai «aumentar as desigualdades sociais e reduzir a coesão social», como referiu o senhor deputado Sérgio Ávila. Bem

pelo contrário. A justiça e equidade tributárias é feita com os escalões definidos pela lei nacional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do Deputado José Pacheco e dos Membros do Governo)

O Orador: O apoio dirigido aos residentes nos Açores, a quem garantimos um preço máximo a pagar pela sua passagem, no valor de sessenta euros, para ida e volta entre qualquer uma das nossas ilhas, que queiram visitar, representa uma profunda reforma na mobilidade aérea dos açorianos na nossa Região.

Sim! É uma mudança de paradigma e sem burocracia.

Pela consolidação da Açorianidade tão expressiva no pensamento de Vitorino Nemésio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A solidariedade especial à autonomia dos idosos gerou o inovador programa designado “Novos Idosos” – Idosos em casa. Não existia e mereceu, aliás, a discordância de dirigentes do Partido Socialista.

Sim, senhoras e Senhores Deputados!

Nós estamos convictos desse caminho e é diferente do vosso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Assumimos a nossa diferença e alternativa de governação também nesta medida – um projeto piloto de proximidade - que acompanha o saber adquirido da experiência internacional ‘ageing in place’.

Tal como o senhor Vice-Presidente, Artur Lima, explanou com a mestria que lhe é característica, também aqui se revela o sentimento de todo este Governo e cito «os açorianos sabem que podem contar connosco». Fim de citação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Lançamos a possibilidade do envelhecimento em casa, evitando a institucionalização, sempre que possível, dos nossos idosos. Temos um novo olhar para a pobreza, como bem referiu o Deputado João Bruto da Costa. Temos um Governo que e cito: «olha para os mais fracos e desprotegidos da sociedade», promovendo a sua «saída da condição de pobreza em que foram colocados por décadas de políticas erradas e assistencialistas». Assim é, Sr. Deputado.

Estamos a preparar o presente e o futuro da nossa região. É este o nosso compromisso.

Deputado Pedro do Nascimento (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: A substituição dos vínculos laborais precários dos trabalhadores que asseguram a satisfação de necessidades efetivas e permanentes da Administração Pública autonómica, por integração nos seus quadros, bem como reconhecimento, com justiça, do direito à progressão nas suas carreiras é outra distintiva opção, pela estabilidade dos trabalhadores e das suas famílias.

Deputados Pedro do Nascimento Cabral e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Entre tantas outras reivindicações justas, que foram ignoradas, durante muito tempo, especialmente dos profissionais de saúde e dos docentes, desconsiderados antes, mas que agora serão progressivamente reconhecidos,

com o suporte financeiro e jurídico já previstos neste Plano e Orçamento para 2021.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Ora, esta opção infirma o declarado pelo senhor deputado António Lima e cito-o: «parece que esta maioria só tem um conselho para dar à geração de jovens mais bem preparada de sempre: esta região não é para vocês, procurem outro lugar para viver», disse o senhor deputado. Como é óbvio, repudiamos a infeliz afirmação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do Deputado José Pacheco e dos Membros do Governo)

O Orador: O que defendemos é que estas qualificações sejam reconhecidas, com acesso à Administração Pública de uma forma transparente e com base no mérito. Além de que promoveremos igualmente a integração de trabalhadores precários e de Açorianos que saltaram de programa ocupacional em programa ocupacional, sem qualquer horizonte de esperança, adiando os seus sonhos e projetos de vida.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Queremos devolver a esperança aos jovens e aos menos jovens, aos Açorianos, e que podem crer que a maioria que suporta o Governo dos Açores os quer cá, numa Administração Pública motivada, ...

Deputado Pedro do Nascimento (PSD): Muito bem!

O Orador: ... qualificada e empenhada, e numa economia privada geradora de mais emprego.

No âmbito da Solidariedade Social, a estratégia para este quadriénio será regulada pela necessidade de responder eficazmente à pobreza e à exclusão social, ao desafio demográfico e ao envelhecimento progressivo das populações.

Tudo para que possamos percorrer um caminho de verdadeiro desenvolvimento sustentável, harmonioso em todas as ilhas, promovendo respostas nas diferentes áreas, tal como consta nas Opções de Médio Prazo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para o XIII Governo Regional, a estratégia de combate à pobreza passa pela dinamização da economia, promoção da inclusão social, laboral, das competências pessoais, sociais e profissionais, quebrando o ciclo de pobreza, permitindo desta forma reduzir até ao final da legislatura, através da inserção social e laboral, o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: ... aumentando a sua colaboração com a comunidade onde estão inseridos e fiscalizando de forma eficiente a sua atribuição, considerando-se para o efeito a situação económica da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sim! Também neste exemplo fica a consagração de uma importante mudança de paradigma, na atitude e na decisão governativas.

A decisão de fazer acompanhar a diminuição dos impostos com a extraordinária melhoria do complemento regional de pensão e de reforma, designadamente para as pensões e reformas mais baixas, esta evidencia o nosso espírito reformista no assumido apoio solidário aos mais pobres e mais velhos, como, aliás, propõe o Chega.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Este Governo, já o disse, não vai fingir que decide, vai decidir.

Não vai fingir que tem mais dinheiro do que aquilo tem - vai gerir bem o dinheiro que realmente tem e aplicá-lo nas prioridades de solidariedade e de desenvolvimento com que se comprometeu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Connosco não serão poucos a gerir o que é de muitos e sim, teremos menos promessas e mais execução.

Este Plano e Orçamento para 2021 concretiza já esta atitude.

Mais do que o lamento da herança o que importará é trabalho e dedicação para vencer desafios.

Uma nota incontornável, que vai para a importância do impacto da pandemia por covid-19, que tem inevitável referência e prioridade imediata.

«Haja saúde», como diz o povo, é em si a declaração de uma prioridade.

E as declarações do senhor Secretário da Saúde e Desporto evidenciam bem o rumo neste sector e cito: «pretendemos iniciar um processo de inversão de

prioridades de intervenção, no sentido da valorização da prevenção e do reforço dos cuidados primários. A saúde não é, não pode ser, só cura da doença, tem de ser, fundamentalmente, evitar a doença». Fim de citação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo Regional valorizará a função, disse o Secretário, dos Centros de Saúde como forma de prestação descentralizada dos cuidados de saúde, assegurando a cobertura integral da população por médico e enfermeiro de família durante a legislatura. Assim é.

Na Educação, reforçamos o treino educativo e destacamos a aposta que recai no primeiro ciclo do Ensino Básico.

Apoio no domínio da leitura e da escrita, nos primeiros dois anos de escolaridade, mas também na estimulação da escrita e da narrativa criativas, nos 3.º e 4.º anos de escolaridade e ainda na Matemática, de forma mais integrada nos primeiros seis anos de escolaridade, como bem referiu, aliás, a senhora Secretária da Educação. É, sem dúvida, uma aposta de futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Um dos pilares da igualdade de oportunidades que marca uma sociedade desenvolvida é precisamente a Educação, por ser a principal ferramenta para assegurar o bom funcionamento do elevador social.

Na Agricultura e Desenvolvimento Rural, a transferência de conhecimento, de novos métodos agroprodutivos e de acesso aos mercados são bases para a concretização de uma visão de desenvolvimento no setor.

As dimensões económica, social e territorial do setor primário dão um enorme contributo para a coesão regional e marcam a identidade Açoriana. A fixação de

recursos no setor é importante para que os Açores possam diminuir a sua dependência alimentar em relação ao exterior, melhorar a qualidade e aumentar a competitividade interna e externa.

O senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural foi claro no entendimento deste Governo e cito: «quanto mais próspera estiver a nossa agricultura mais fortalecemos a Autonomia dos Açores».

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No Mar e Pescas, a nossa visão estratégica aponta para o desenvolvimento de uma economia azul sustentável, que promova um oceano saudável. A investigação e gestão marinha, a conservação da biodiversidade, o ordenamento do espaço marítimo costeiro e a promoção da economia azul serão apoiadas em diversos projetos, nos quais a Região é parceira. O Observatório do Atlântico ou mesmo o Oceano Azul são apenas dois exemplos dos inúmeros projetos.

Está bem ciente o senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, quando afirmou que as prioridades para 2021 são e cito: «o apoio ao investimento, à formação, à fiscalização», pelo melhor rendimento dos pescadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O nosso olhar sobre a Cultura não passa apenas por contemplar o pretérito, mas sim projetá-la no futuro de uma forma informada e informadora, utilizando os novos recursos, as novas tecnologias ao dispor.

A afirmação da identidade Açoriana é reforçada e alicerçada numa política cultural integral, humanizante, baseada em gestos e atitudes de proximidade.

Assim, dá-se prioridade a dois eixos de ação: por um lado, a dinamização de atividades culturais; por outro, a defesa e valorização do património arquitetónico e cultural.

O desenvolvimento de uma transição digital torna-se elemento fundamental para alavancar as dinâmicas no espaço regional, de forma a consolidar e reforçar a utilização destes meios, na economia moderna.

A senhora Secretária da Cultura, Ciência e Transição Digital definiu bem que imprimiremos previsibilidade e regularidade nos apoios governamentais. O apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores, avançou, já neste Plano, com uma verba reforçada para este ano e aumentará de forma progressiva até ao final da legislatura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo dos Açores estabeleceu nas Orientações a Médio Prazo e no Plano e Orçamento para 2021 o desenvolvimento sustentável como um dos pilares da sua ação. Como sintetizou o senhor Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas e cito: «a afirmação do ambiente e do combate às alterações climáticas nos documentos orçamentais e de investimento, de forma transversal a todas as tutelas governamentais, constitui uma resposta decisiva perante os desafios que enfrentamos». Fim de citação.

Deputado Pedro do Nascimento (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste setor, consideramos como aspetos fundamentais a adaptação às alterações climáticas, a melhoria da gestão de resíduos, a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade, a gestão dos recursos hídricos e o ordenamento do território.

Apresentamos igualmente ações que preparam a Região para os impactos das alterações climáticas e nos necessários esforços a realizar rumo à redução da pegada ecológica e à neutralidade carbónica.

Presidente: Sr. Presidente, agradeço que termine.

O Orador: Nos Transportes, consideramos que numa região ultraperiférica, arquipelágica e insular, temos de apostar na criação de um verdadeiro mercado interno.

Ainda nos transportes marítimos, este governo foi confrontado com sérios problemas de abastecimento a várias ilhas e rapidamente estamos a encontrar soluções, desde logo, com o “barco do outro mundo”, como referiu o deputado Paulo Estevão, ...

Deputado Pedro do Nascimento (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que irá servir as ilhas com mais dificuldades inerentes à nossa geografia e clima.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do Deputado José Pacheco e dos Membros do Governo)

Destaco ainda, com bem referiu o senhor Secretário dos Transportes, Turismo e Energia que contemplamos neste plano, a criação de condições para aumentar a operacionalidade dos aeródromos, (certificação de utilização noturna, por exemplo) permitindo uma janela temporal mais alargada na ligação inter-ilhas, possibilitando o aumento do número de frequências destas ligações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, o Senhor Secretário afirmou, na sua intervenção sobre o emprego, a marca de água deste Governo e cito: “a transparência na apresentação e disponibilidade dos números, a intervenção baseada em dados, com simplicidade e desburocratização assim como a rapidez no processamento dos apoios”. Fim de citação.

O enfoque é no combate à precariedade, na promoção da empregabilidade jovem, na redução do desemprego de longa duração e em investimento na Qualificação e Formação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: As medidas e políticas definidas contribuem para um novo paradigma de desenvolvimento, com base no conhecimento, na tecnologia, na formação, na educação e na qualificação dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em simultâneo, estamos também a implementar uma estratégia de mitigação dos efeitos negativos da pandemia nas famílias e nas empresas.

É incontornável a importância das Obras Públicas e Comunicações no desenvolvimento e na coesão económica e social das nove ilhas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tal como referiu a Senhora Secretária das Obras Públicas e Comunicações e cito: «Pretendemos caminhar para um sector de construção civil mais sustentável, pelo que já neste plano teremos uma verba superior a um milhão de euros no desenvolvimento de ações de investigação, inovação e divulgação na área da Engenharia Civil, incentivando a criação de uma economia verde, resiliente e circular e com recurso às potencialidades dos materiais endógenos dos Açores. A concentração da contratação pública nesta Secretaria é também reformista, permitindo maior transparência, fiscalização, previsibilidade, regularidade e harmonização de procedimentos.»

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Uma última referência sectorial à intervenção do Senhor Subsecretário Regional da Presidência. Por uma comunicação social livre, plural e desassombrada,

fundamental para a afirmação dos princípios da transparência, escrutínio e de coesão regional.

Quer o sector privado, quer o serviço público de rádio e televisão, encontram neste governo a cooperação necessária, enquanto veículo difusor de informação e das realidades de cada uma das nossas ilhas, capaz de difundir, de forma regular, conteúdos próprios respeitantes a aspetos da vida política, cultural, económica, social ou ambiental de cada uma das nossas ilhas.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor Subsecretário expressou a visão deste governo de uma forma clara, e cito: «a comunicação social exerce uma verdadeira missão de interesse público e há que contribuir para o seu fortalecimento, através de um novo enquadramento legislativo de apoio financeiro, com objetividade, independência, estabilidade e regularidade na sua atividade noticiosa, mas também na valorização dos seus profissionais».

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O serviço público de rádio e televisão nos Açores e a cobertura informativa a cargo da agência de notícias pública são indispensáveis numa Região de características arquipelágicas como a nossa, e justificam o financiamento de obrigações complementares para o efeito, a fim de promover a cultura dos Açores e divulgar informação sobre a vida social, política, económica e desportiva de todas as ilhas e por todas as ilhas, contribuindo para a construção da Região como entidade política e para a consolidação da unidade dos Açores.

Em matéria de cooperação interinstitucional entre órgãos de governação democrática, designadamente com o Poder Local dos Açores, destaco o compromisso de o Governo iniciar a devolução das verbas da taxa variável de IRS devidas aos municípios, ...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: ... bem como a atribuição do IVA e melhor colaboração com as juntas de freguesia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi no quadro da Vice-Presidência do Governo que criámos a Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, o municipal e o de freguesia, e estamos a passar das palavras aos atos. Estamos perante uma Autonomia de Concretização. Um verdadeiro modelo de desenvolvimento que tem de ter objetivos e resultados, monitorizáveis por dados imparciais e objetivos.

Não posso, no entanto, deixar de referir hoje, porque hoje mesmo foi entregue o Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal, onde se inclui o PRR dos Açores, à Comissão Europeia esta madrugada. Se é certo que ainda existem alguns aspetos a corrigir e a melhorar, também não quisemos atrasar a estratégia de Portugal, porque assim fomos o primeiro Estado-Membro com o seu processo de candidatura concluído e entregue.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esperamos que as verbas do PRR sejam rapidamente disponibilizadas aos Açores, de modo a que possam efetivamente ser a referida ‘bazuca’ para as nossas empresas e economias de cada uma das nossas ilhas.

Aproveito para voltar a lançar o repto às senhoras e senhores deputados, de modo a que se possam constituir parceiros na monitorização da implementação e execução da estratégia do Governo dos Açores para o PRR, sob a forma regimental que considerem mais adequada.

Presidente: Sr. Presidente, tem de terminar.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Esta parceria é para nós fundamental, porque estamos a tratar de questões estruturantes para os Açores, pelo que importa serem de consenso o mais alargado possível.

Motiva-nos o encargo de fazer bem o bem que tem de ser feito pelos Açores e pelos Açorianos.

Acreditamos na nossa gente e na nossa terra. No nosso futuro!

Inquietos com a circunstância e o momento de saúde pública, da economia, da sociedade açoriana, mas fortalecidos na esperança da conquista de melhores tempos, para cada uma das nossas ilhas, para a nossa Região.

Com todos e para todos!

Vivam os Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, dos Membros do Governo e do Deputado José Pacheco)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Está assim encerrado o debate destes diplomas.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15 horas para iniciarmos as votações destes documentos.

Muito obrigado.

Bom almoço.

Eram 12 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos iniciar as votações.

Antes disso vou anunciar os tempos para o debate na especialidade para os três documentos que temos em análise, os três diplomas.

Para esse debate na especialidade o Governo e o Partido Socialista têm 35 minutos; o Partido Social Democrata, 30 minutos; o CDS-PP, 15 minutos; o CH, o BE e o PPM, 12 minutos cada; o IL e o PAN, 10 minutos cada. Estes são os tempos que nós temos para apresentação das propostas e para o debate na especialidade.

Vamos começar com a votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – “Orientações de Médio Prazo 2021-2024”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII foi aprovado por maioria com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal; 27 contra – 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passamos agora à votação na generalidade da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII – “Plano Regional Anual para 2021”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado se abstém, faça o favor de se sentar.

O Sr. Secretário tem a palavra para o anúncio da votação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Secretário: O projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII foi aprovado por maioria com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal; 27 votos contra – 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, como sabem as votações do Plano votam-se as propostas de alteração e depois, na sequência disso, os programas.

O programa 1 não tem nenhuma alteração proposta pelas Sras. e Srs. Deputados.

Está assim à votação o programa 1 da proposta do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O programa 1 colocado à votação foi aprovado por maioria com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal; 26 abstenções – 25 do PS e 1 da IL; e 2 votos contra do BE.

Presidente: Avançamos para o programa 2.

A primeira proposta de alteração ...

Sr. Deputado Pedro Neves.

(Inaudível)

Presidente: Sim. Peço que corrija o anúncio da votação.

Secretário: O programa 1 foi aprovado por maioria com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal; 2 votos contra do BE; 26 abstenções – 25 do PS e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos então avançar para o programa 2.

A primeira proposta de alteração é a ação 2.1.12 e é do Partido Socialista. Está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

(Pausa)

Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de alteração à ação 2.1.12, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal; 27 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: 28 a favor – 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

A próxima proposta de alteração é a criação de uma ação proposta pelo Bloco de Esquerda, a ação 2.1.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 53 votos contra e 4 a favor. 53 votos contra - 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM; e a favor 2 do BE, 1 da IL e do 1 PAN.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Está à votação a criação de uma nova ação 2.1.13, proposta pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta colocada à votação foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e a favor 28 votos – 25 do PS, 2 do BE e do 1 PAN.

Presidente: Está à votação a criação de uma nova ação 2.1.14, proposta pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta colocada à votação foi aprovada com 29 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE, 1 da IL e do 1 PAN; e 28 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Está agora à votação a criação de uma nova ação 2.2.12, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM. Ação 2.2.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 32 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL e do 1 PAN; e 25 votos contra do PS.

Presidente: Está à votação a criação de uma nova ação 2.3.11, proposta pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A iniciativa apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e do 1 PAN.

Presidente: Está à votação a criação de uma nova ação proposta pelo Partido Socialista, 2.4.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de criação de uma nova ação, proposta pelo Partido Socialista, 2.4.14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE, 1 da IL e do 1 PAN; e 28 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM.

(Pausa)

Presidente: É melhor repetir o anúncio da votação.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE, 1 da IL e do 1 PAN; e 28 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Está à votação a criação de uma nova ação, proposta pelo Partido Socialista, 2.4.15.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 31 votos a favor - 25 do PS, 2 do Chega, 2 do BE, 1 da IL e do 1 PAN; e 26 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação a criação de uma nova ação, proposta pelo Partido Socialista, 2.6.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e do 1 PAN.

Presidente: Está à votação uma nova ação, proposta pelo Partido Socialista, 2.6.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 30 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos a favor - 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Está à votação a criação de uma nova ação também proposta pelo Partido Socialista, a ação 2.6.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Sr. Presidente, toda a câmara, seguiu-se um empate na votação.

Presidente: Tem de anunciar, Sr. Secretário.

Secretário: Votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 da IL; contra, 28 - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos assim repetir a votação.

A ação 2.6.8 proposta pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Sr. Presidente, todos os Deputados, temos novo empate com 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 da IL; 28 contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Sendo assim, e acho que me enganei ao por à votação, pelo menos o número da ação é a 2.6.9, porque a 2.6.8. já estava votada. Portanto, o empate que existiu foi na ação 2.6.9, portanto, por duas vezes está, como prevê o nosso Regimento, reprovada.

Vamos avançar com a proposta também do Partido Socialista de criação de uma nova ação, 2.6.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, pede a palavra para? Participar no debate.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): É só para informar a Mesa que entregarei uma declaração de voto por escrito. Obrigada.

Presidente: Sim senhora. Está registado.

Vamos votar agora a criação de uma nova ação proposta pelo PS, 2.6.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 27 votos a favor - 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos votar a criação de uma nova ação, 2.6.12, proposta pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Está à votação a criação de uma nova ação proposta também pelo Partido Socialista, 2.6.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

(Apartes da câmara)

Presidente: Têm razão, 2.6.13.

Se calhar é melhor repetirmos a votação. Peço aos Srs. Deputados que se sentem.

Está, então, à votação uma nova ação proposta pelo Partido Socialista, 2.6.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 27 votos a favor - 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação, também proposta pelo Partido Socialista, 2.6.14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE, 1 da IL e 1 do PAN; 28 votos contra -21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação, também proposta pelo Partido Socialista, 2.6.15.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 28 votos a favor ...

Repito, foi empate na votação: 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 da IL; 28 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos repetir a votação da criação da nova ação 2.6.15, proposta pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Sr. Presidente, temos empate na votação: 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 da IL; 28 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está assim rejeitada esta proposta.

Vamos avançar, 2.6.16, criação de uma nova ação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE, 1 da IL e 1 do PAN; 28 votos contra -21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação a criação de uma nova ação 2.11.3 proposta pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado precisa de repetir a votação?

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 56 votos a favor - 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do BE, 2 do PPM e 1 da IL; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Creio que estão votadas todas as propostas de alteração ao programa 2. Estamos em condições de votar o programa 2 da iniciativa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O programa 2 foi aprovado com 30 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; 25 abstenções do PS; e 2 votos contra do BE.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de cinco minutos.

Presidente: Cinco minutos?

15 minutos?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 15 minutos, pronto.

Presidente: Regressamos às 16 horas.

Eram 15 horas e 48 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar as nossas votações.

Eram 16 horas e 06 minutos.

Vamos então continuar.

Vamos iniciar as votações do programa 3.

A primeira proposta de alteração foi apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM. É uma proposta de alteração à ação 3.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para a mesma ação há uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda para a redução da ação 3.1.1 que cria a ação 5.15.7 e reforça as ações 10.8.4 e 11.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 52 votos contra - 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM e 1 da IL; e 5 votos a favor - 2 do Chega, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo Chega de criação da ação 3.3.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão votadas as propostas de alteração ao programa 3. Vamos assim votar o programa 3 com estas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O programa 3 foi aprovado com 30 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos contra - 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Avançamos para o programa 4.

A primeira proposta de alteração é do Partido Socialista que altera a ação 4.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Esta era a única proposta de alteração ao programa 4.

Vamos assim votar o programa 4 com esta alteração que foi rejeitada. Portanto, vamos votar o programa 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O programa 4 foi aprovado com 30 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos contra - 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Avançamos para o programa 5.

A primeira proposta de alteração é do Partido Socialista, é a criação de uma nova ação 5.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo PAN de alteração da ação 5.4.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração à ação 5.7.1 apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista para a criação de uma ação 5.8.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada pelo PSD, CDS-PP e pelo PPM de criação da ação 5.10.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta também apresentada pelo PSD, CDS-PP e pelo PPM de criação da ação 5.12.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a criação também de uma ação, mas desta vez proposta pelo PS, 5.12.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 5.12.5 proposta pelo PSD, CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 5.15.7, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 32 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 25 votos contra do PS.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta, está assim prejudicada a proposta do PS de criação da ação 5.15.7.

Estão votadas as propostas de alteração ao programa 5.

Vamos então votar o programa 5 com estas propostas que acabámos também de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O programa 5 foi aprovado com 30 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; 2 votos contra do BE; e 25 abstenções do PS.

Presidente: Vamos iniciar as votações relativas ao programa 6.

A primeira proposta de alteração é da Iniciativa Liberal, que cria a ação 6.1.18.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação agora a proposta de criação de uma ação 6.1.18, proposta pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 56 votos a favor - 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta da Iniciativa Liberal de criação da ação 6.1.19.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN à ação 6.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração também apresentada pelo PAN à ação 6.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 6.2.20 apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração à ação 6.3.1, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 do PAN; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 da IL.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação proposta pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, 6.3.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 56 votos a favor - 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM de criação de uma nova ação 6.3.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 56 votos a favor - 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL; e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Vamos votar o programa 6 com as alterações que acabámos também por aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O programa 6 foi aprovado com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 27 votos contra – 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos avançar para o programa 7.

A primeira proposta de alteração no programa 7 é a criação da ação 7.2.5 apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

Está assim à votação a proposta de criação de uma nova ação 7.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; 27 votos contra – 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 7.2.6 apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 7.2.7 apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de criação de uma nova ação 7.2.8 apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada pelo PS que altera a ação 7.6.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista de criação de uma nova ação 7.6.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada pelo PS de criação de uma nova ação 7.8.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Estão votadas as propostas de alteração ao programa 7. Vamos então votar o programa 7 com as propostas também que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O programa 7 foi provado com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos contra - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos iniciar as votações relativas ao programa 8.

A primeira proposta de alteração é a ação 8.1.7 e é proposta pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 54 votos contra - 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 3 votos a favor - 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta também apresentada pelo Bloco de Esquerda à ação 8.2.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta da Iniciativa Liberal de criação de uma nova ação 8.2.22.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 55 votos a favor - 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 2 abstenções do Chega.

Presidente: Está agora à votação a proposta do Partido Socialista de criação de uma ação 8.2.22.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 27 votos contra - 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda à ação 8.3.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 55 votos contra - 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 8.5.4 proposta pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de se manter como estão.

Está à votação a criação de uma ação 8.5.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 30 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos a favor - 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, informam-me que o anúncio da votação relativo à ação 8.2.22, uma nova ação proposta pelo IL, esse anúncio está incorreto, pelo que acho melhor repetirmos a votação. Portanto, 8.2.22, proposta pela Iniciativa Liberal. Vamos repetir essa votação.

(Aparte inaudível)

É a proposta pelo Partido Socialista. Sim. Portanto, o que nós vamos repetir, Sras. e Srs. Deputados, é a votação da criação de uma nova ação 8.2.22 proposta pelo Partido Socialista, que essa sim, o anúncio da votação foi incorreto.

Está assim à votação a criação da ação 8.2.22 proposta pelo Partido Socialista. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 27 votos a favor - 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos assim votar agora o programa 8 com as alterações que também foram aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O programa 8 foi aprovado com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos contra - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos iniciar as votações relativas ao programa 9.

A primeira proposta de alteração é de criação de uma nova ação, 9.3.11, que é proposta pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação, 9.4.9, proposta pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 30 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos a favor - 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Chamo a atenção da câmara que as ações 9.4.9 e 9.4.10 constantes no descritivo correspondem às ações 12.27.3 e 12.27.4 da desagregação por objetivos, pelo que serão votadas no programa 12.

Vamos assim votar o programa 9 com a proposta de alteração que acabámos de aprovar.

(Aparte inaudível)

O que eu estava a dizer é que as ações que estão no descritivo 9.4.9 e 9.4.10 correspondem, na prática, porque há um lapso na descrição do plano, às ações

12.27.3 e 12.27.4 que estão na desagregação por objetivos e que serão, por isso, votadas no programa 12.

Peço que tenham isso depois em atenção em redação final também.

Vamos então votar o programa 9 com a proposta de alteração que acabámos (penso que foi só uma que foi aprovada) de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O programa 9 foi aprovado com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos contra - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao programa 10.

A primeira proposta de alteração é do Partido Socialista de criação da ação 10.4.3 e está, por isso, à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos contra - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 10.7.7, é uma iniciativa do Bloco de Esquerda.

(Aparte inaudível)

Presidente: Peço desculpa. Não estive atento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, houve um engano no anúncio.

Presidente: Sr. Secretário, o anúncio da votação da proposta 10.4.3.

Secretário: A proposta foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Agora sim, então vamos por à votação a proposta de criação de uma nova ação 10.7.7, proposta pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 54 votos contra - 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 3 votos a favor - 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta que altera a ação 10.8.10 e é uma proposta do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi reprovada com 30 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos a favor - 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta do Partido Socialista que altera a ação 10.8.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 30 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos a favor - 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 10.8.20 proposta pelo PSD, pelo CSD e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está também à votação a proposta de criação de uma nova ação, 10.8.20, que é proposta pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada apresentou um empate na votação com 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 da IL; 28 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos então repetir a votação de criação de uma nova ação 10.8.20, iniciativa do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

É melhor repetirmos a votação. Peço que se sentem.

Vamos repetir a votação de criação de uma nova ação 10.8.20 proposta pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta colocada à votação teve novo empate na votação com 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 da IL; 28 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Sendo assim, está rejeitada esta ação.

Sr. Deputado Rui Martins pede a palavra para?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente.

É só para anunciar que o CDS depois irá entregar uma declaração de voto relativamente a este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Está registado, Sr. Deputado.

Vamos votar a criação da ação 10.8.21 proposta pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de criação de uma nova ação 10.8.22 proposta pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de criação de uma nova ação 10.8.23. É uma iniciativa também do PSD, do CDS-PP e do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM de alteração da ação 10.11.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 10.11.6 proposta do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o programa 10 com as alterações que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O programa 10 foi aprovado com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 27 votos contra - 25 do PS, 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos avançar para o programa 11.

A primeira proposta de alteração é de criação de uma nova ação 11.2.9 e é uma iniciativa do Partido Socialista e que está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE ...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, peço uma interpelação à Mesa. Enganei-me. Não sabia qual é que nós estávamos a votar, não tinha aqui nos meus apontamentos.

Posso pedir a votação?

Obrigado.

Presidente: Pode, sim senhor.

Vamos então repetir esta votação. É a proposta do Partido Socialista de criação da ação 11.2.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 do PAN; e 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 da IL.

Presidente: Está agora à votação a proposta apresentada pelo PAN à ação 11.5.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o programa 11 com as alterações que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O programa 11 foi aprovado com 29 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 27 votos contra - 25 do PS, 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos iniciar as votações do programa 12.

A primeira é a criação de uma ação 12.1.3 apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e do PAN; 25 votos contra do PS; e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM à ação 12.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e do PAN; 27 votos contra - 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à mesma ação.

Passamos para a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à ação 12.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 27 votos a favor - 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: A próxima proposta de alteração é de criação de uma nova ação 12.2.18, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PMM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Esta à votação a proposta de criação de uma nova ação 12.6.4, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 12.6.5, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação, apresentada pelo Partido Socialista, 12.12.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 27 votos a favor - 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à ação 12.15.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE, 1 da IL e 1 do PAN; 28 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à ação 12.15.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação apresentada pelo Bloco de Esquerda 12.15.21.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 32 votos a favor - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 25 votos contra do PS.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação apresentada pelo Partido Socialista, a ação 12.15.21.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, é para solicitar a repetição da votação.

Presidente: Podem sentar-se então se fazem favor.

Está à votação a proposta de criação de uma nova ação 12.15.21, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de criação de uma ação apresentada pelo Bloco de Esquerda 12.15.22.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 28 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Sr. Deputado Jaime Vieira pede a palavra para?

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

Com a sua autorização dizer que vamos fazer chegar uma declaração de voto acerca desta ação.

Presidente: Sim senhor, está registado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu não percebi se a declaração de voto que o Sr. Deputado Jaime Vieira acabou de anunciar é uma declaração de voto do Grupo Parlamentar do PSD, ou é uma declaração de voto do Sr. Deputado Jaime Vieira.

Presidente: Eu também não, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira quer fazer o favor de clarificar.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Logicamente, Sr. Presidente, eu pertença a um grupo parlamentar e aqui somos todos. Nunca é o individual e como tal é o grupo parlamentar a apresentar a declaração de voto.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, é para uma interpelação.

Presidente: Se faz favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A razão da minha pergunta prende-se com o seguinte. É que já aqui foram, por interpelação, anunciados por alguns deputados que individualmente pretendiam apresentar, ou pretendem apresentar, declaração de voto.

O que eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente era qual é o enquadramento regimental para a apresentação de uma declaração de voto individual por um deputado quando não vote diferente do seu grupo parlamentar.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, eu não sei se houve algum Sr. ou Sra. Deputado que apresentou a intenção de apresentar uma declaração de voto individual. Não dei por isso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sim, sim. A Sra. Deputada Sabrina, a Sra. Deputada Elisa e o Sr. Deputado Rui Martins!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Eu?! Não! Em nome do Grupo Parlamentar! Está enganado!

Deputada Elisa Sousa (PSD): Não, não!

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra, para uma interpelação.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, se são declarações de voto do grupo parlamentar, a minha interpelação está esclarecida, a questão que eu coloco.

Se são declarações individuais (e é essa a razão da minha pergunta) é que eu não encontrava enquadramento regimental para tal. Portanto, se são do grupo parlamentar o assunto está esclarecido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação Sr. Presidente da Assembleia para esclarecer o seguinte.

Deputada Andreia Costa (PS): Isso não é uma interpelação!

O Orador: Ao que parece o Sr. Deputado Vasco Cordeiro ...

Presidente: Oh, Sr. Deputado, isso não é uma interpelação.

O Orador: Para esclarecer as dúvidas do Sr. Deputado Vasco Cordeiro relativamente ao Grupo Parlamentar do PSD. Penso que o Grupo Parlamentar do CDS também o fez, mas já houve deputados do Grupo Parlamentar do PSD que informaram que irão entregar declarações sobre ações concretas do sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD, precisamente porque no decorrer do debate ficou acordado que não são feitas declarações de voto às ações em concreto. Nessa medida, para que fique registado que em relação a determinadas ações o Grupo Parlamentar do PSD irá apresentar declarações de voto para justificar o sentido de voto do grupo parlamentar.

Penso que não há necessidade de estarmos aqui a criar um momento sem qualquer interesse parlamentar ...

Presidente: Está esclarecido, Sr. Deputado.

O Orador: ... e o Sr. Presidente já sabe que o Grupo Parlamentar do PSD, sempre que entender, irá informar V. Exa. de que entregará declarações de voto sobre ações em concreto.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Está esclarecido. Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Isto está a correr tão mal!

Deputado José Ávila (PS): O Sr. Secretário está nervoso!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): As coisas com que se pegam!

Presidente: Com as declarações de voto, perdi-me.

A última ação que votámos ... A 12.15.22, apresentada pelo Bloco de Esquerda. Muito obrigado.

Então vamos votar a proposta de criação de uma nova ação (é uma iniciativa do Partido Socialista) 12.15.22.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Do PS, sim.

Podem sentar-se, se faz favor. Vamos esclarecer então. A proposta do BE, 12.15.22, já está votada e foi rejeitada. Certo? Estamos todos de acordo?

Agora vamos votar a criação de uma nova 12.15.22 apresentada pelo Partido Socialista.

(*Pausa*)

Está esclarecido, ou não está esclarecido?

Sra. Deputada Ana Luís pediu a palavra?

(*) **Deputada Ana Luís** (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu só pedi a palavra para não estar em apartes a esclarecer.

Nós votámos a ação proposta pelo Bloco de Esquerda, a 12.15.22, que se refere à intervenção na Escola EBI Luísa Constantina, que foi rejeitada.

Nesse seguimento, o Sr. Deputado Jaime Vieira fez uma interpelação à Mesa. Ficou esclarecida a situação. Agora vamos votar uma ação com o mesmo número, mas da autoria do Partido Socialista, que ainda não tinha sido votada.

Não interrompemos os trabalhos, estivemos foi aqui em debate relativamente a interpelações à Mesa.

Presidente: Vamos então votar a proposta de criação de uma nova ação apresentada pelo Partido Socialista, 12.15.22.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para lhe pedir para repetir a votação. Se eu entendi bem, estamos a votar a ação referente à reabilitação do edifício da Escola Básica do Topo, não é isso?

Presidente: Sr. Deputado, eu não posso estar a acompanhar a descrição das propostas, mas estão a me confirmar que sim.

O Orador: Exatamente. Portanto, eu peço que repita a votação.

Presidente: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro é que é o culpado disto com as declarações de voto!

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral tem a palavra.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, para requerer um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Regressamos às 17 horas e 40 minutos.

Eram 17 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 46 minutos.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral tem a palavra para?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Era só para informar a Mesa da Assembleia que já retificámos o erro na grelha da votação e que estamos prontos para continuar.

Muito obrigado.

Presidente: Mas não precisam que se repita nenhuma votação?

Vamos então votar a criação da ação 12.15.22, proposta pelo Partido Socialista.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha pedido para repetir essa votação.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão mantém o pedido para repetição da votação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, penso que nem sequer existiu anúncio da votação.

Presidente: Sim. Não existiu, não senhor.

Portanto, vamos repetir a votação e o seu anúncio.

Está à votação a criação da ação 12.15.22, proposta pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor - 25 do PS, 2 do BE, 1 da IL e 1 do PAN; 28 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação agora a proposta apresentada pela Iniciativa Liberal

...

Sr. Deputado Paulo Estêvão para?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Sr. Presidente, é só anunciar que o Grupo Parlamentar do PPM apresentará uma declaração de voto em relação a esta matéria.

Presidente: Sim senhor.

Está à votação a criação de uma nova ação 12.18.4 apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação também de uma ação 12.18.4, desta feita apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pela Iniciativa Liberal de uma nova ação 12.18.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração à ação 12.19.5 apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 12.19.6 apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor – 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação também apresentada pelo Partido Socialista, 12.19.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor – 25 do PS, 2 do BE, 1 da IL e 1 do PAN; e 28 votos contra - 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega e 2 do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Flávio Soares tem a palavra.

Deputado Fábio Soares (PSD): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Fábio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para anunciar à câmara que o Grupo Parlamentar do PSD fará chegar à Mesa uma declaração de voto sobre esta ação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

A próxima proposta de criação de uma ação 12.21.5, apresentada pelo Partido Socialista, está prejudicada, uma vez que foi aprovada uma ação 7.2.5 da autoria do PSD, do CDS-PP e do PPM com o mesmo objeto.

Vamos votar a criação da ação 12.21.6 apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor – 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração da ação 12.22.5 apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor – 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à ação 12.22.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor – 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração à ação 12.22.14 apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 30 votos contra – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos a favor – 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM de criação de uma ação 12.22.17.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação também de uma nova ação 12.22.18, igualmente apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 12.22.19 apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de criação de uma nova ação 12.22.20 apresentada pelo PS, pelo PSD, pelo CDS-PP, pelo PPM e pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração à ação 12.24.7 apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 30 votos contra – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos a favor – 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de criação de uma nova ação 12.24.9 apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 30 votos contra – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos a favor – 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de alteração à ação 12.25.1 apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi reprovada com 29 votos contra – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; e 28 votos a favor – 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o programa 12 com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O programa 12 foi aprovado com 30 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos contra – 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder à votação final global da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII “Plano Regional Anual para 2021”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS- PP, PPM e dos Membros do Governo)

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII foi aprovada com 29 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL; e 27 votos contra – 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Para comunicar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentará uma declaração de voto escrita a este Plano.

Muito obrigado.

Presidente: Sim senhor. Está registada.

Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de pedir um intervalo regimental.

Presidente: Sim senhor.

Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 18 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 26 minutos.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, para uma interpelação.

Era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido.

Regressamos às 19 horas.

Eram 18 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 04 minutos.

Vamos passar para a votação na generalidade ...

Sra. Deputada Andreia Cardoso tem a palavra para?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Eu pedia aos líderes e ao Sr. Subsecretário que se abeirassem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o pedido de intervalo é regimental. Está concedido.

Regressamos às 19 horas e 40 minutos.

Eram 19 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos, passando para a votação na generalidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021”.

Eram 19 horas e 43 minutos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII foi aprovada na generalidade com 29 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL; e 27 votos contra – 25 do PS e 2 do BE; e 1 abstenção do PAN.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar a votação na especialidade e o debate. Pergunto se há inscrições.

Não havendo, os primeiros cinco artigos do diploma não foram sujeitos a propostas de alteração.

Vamos então votar o primeiro artigo. Já percebi que é para votar em separado o primeiro e o quarto.

Portanto, está à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 30 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 27 votos contra – 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Posso colocar à votação os artigos 2.º e 3.º em conjunto.

Não havendo oposição, estão à votação os artigos 2.º e 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Faça favor, Sra. Deputada Ana Luís. Tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente, apenas solicitar à Mesa que dentro deste artigo 4.º pudesse fazer a votação da seguinte forma, se não houver oposição da câmara.

No n.º 1 votar separadamente a alínea a) e a alínea b); no n.º 2 votar separadamente a alínea a) e b) e depois a c), d) e e); e depois o n.º 3.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, era para uma intervenção.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da discussão da especialidade pedia um esclarecimento relativamente ao que se propõe relativamente à alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º, que é o que estamos a votar, se não me engano.

Esta redação, numa leitura que fazemos, permite ao Governo ir muito para além do que era habitual no que diz respeito às alterações orçamentais de autorização que pede. Essa autorização é normal, tem sido prática e faz sentido que assim seja, mas parece-me que vai muito para além daquilo que é normal e daquilo que poderá ser até aceitável. Parece-nos que com esta alínea que depois é desenvolvida no n.º 2 quase que dispensará o Governo qualquer tipo de orçamento rectificativo se dele necessitar, apenas se tiver aumento de despes. e Gostaria de um esclarecimento sobre os motivos desta proposta da forma como está redigida.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional das Finanças tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

De facto, a alínea b) pretende no corrente ano introduzir flexibilidade na gestão das verbas disponíveis atendendo quer ao período curto que temos, quer também a alguma incerteza que existe relativamente às receitas. Portanto, é neste ambiente que esta alínea b) se nos afigura essencial para a execução do plano deste ano.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Sérgio Ávila tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente penso que, no sentido de também clarificar esta matéria, o que decorre desta alteração face àquilo que existia no ano anterior é que deixa de ser competência exclusiva da Assembleia e passa a possibilitar ao Governo fazer alterações entre programas e entre montantes de departamentos no que concerne a despesas, por exemplo, com pessoal que podem passar a ser reforçadas face ao que foi aprovado. Antes era possível isso, mas apenas se um funcionário tivesse uma transferência de um serviço e fosse para outro, obviamente a dotação era acompanhada, ou quando havia situações de alterações orgânicas que não precisavam de vir à Assembleia.

O que aqui está nesta proposta, no fundo, e era também no sentido de esclarecer, é que alterações, reforços de despesas com pessoal, aumentos de despesa com pessoal passam a poder ser na globalidade aprovadas, no fundo, há uma delegação de competência no Governo para aprovar esse aumento global dos valores por programa ou por departamento que até agora era uma competência exclusiva da Assembleia em sede de revisão do próprio orçamento ou de orçamento retificativo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

Sr. Secretário Regional pede a palavra. Faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

De facto, a Assembleia é soberana. É essa a intenção que temos de ter mais flexibilidade atendendo às razões que disse: primeiro ano de pandemia, a

questão da execução do plano e, portanto, fica na disposição da Assembleia conceder-nos essa flexibilidade ou não nos conceder.

O que nós pedimos é que seja assim, porque de facto para efeitos de execução é fundamental.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo Regional:

A bancada do PSD naturalmente que subscreve esta proposta do Governo Regional. Esta flexibilidade que o Governo Regional aqui propõe nesta alínea b), do n.º 1, deste artigo que estamos a discutir, que é o artigo 4.º, de facto faz todo o sentido quando se lê o n.º 2 deste mesmo artigo. Esta flexibilidade é para permitir a acomodação de um conjunto de alterações que possam ocorrer ao longo do ano, nomeadamente ao nível da mobilidade e afetação de pessoal.

Percebo que o Sr. Deputado Sérgio Ávila na sua condição de antigo Vice-Presidente do Governo Regional que sempre ou quase sempre inviabilizou, por exemplo, a mobilidade de pessoal, nomeadamente daquele que adquiria habilitações para poder exercer outras funções dentro da administração pública, ...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... agora se sinta incomodado com esta flexibilidade que se destina, entre outras coisas, exatamente para esse fim.

Mas também outras alterações ao nível da despesa que alguns departamentos da administração pública regional terão na decorrência, nomeadamente da internalização de trabalhadores na sequência da extinção de alguns serviços.

Deputado José Contente (PS): Que disparate!

O Orador: Portanto, há aqui um conjunto de despesas que ao longo do ano podem ser alteradas, nomeadamente como depois também se menciona na decorrência de situações de pandemia como é aquela que nós vivemos, portanto, é para a acomodação dessas situações que naturalmente deverá haver essa flexibilidade, porque de contrário nós poderemos passar aqui muito tempo das nossas sessões parlamentares a fazer as alterações orçamentais que o Governo Regional vai ter necessidade de acomodar.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado Joaquim Machado, com todo o espírito construtivo eu tenho que lhe dizer que o senhor não tem razão, porque as duas matérias que referiu da mobilidade de trabalhadores e tudo aquilo que decorra de alterações orgânicas já estava previsto no ano anterior e está na alínea a) e b) no n.º 2. Portanto, aí não há alteração ao que havia.

A alteração é à alínea c), d) e alínea e) ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: ... que passa a permitir que qualquer autorização e aumento de despesas de pessoal sem ser com essas justificações, deixe se ultrapassar os limites definidos pela Assembleia por departamento ou por programa, deixe de ser considerado uma revisão e, por isso, ser competência da Assembleia e passa a ser, por delegação de competência da Assembleia, uma competência do Governo no âmbito de uma alteração orçamental.

É disso que estamos a falar. Não é das mobilidades que o Sr. Deputado falou.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É só para ler o que dispõe a alínea d) ...

Deputado Sérgio Ávila (PS): Leia a e) também!

O Orador: ... para quem porventura nos esteja a ouvir perceba exatamente do que é que se trata. Entre outras coisas para “ajustamentos orçamentais, na medida do estritamente necessário por motivos de urgência imperiosa resultante de calamidades naturais ou de outros acontecimentos extraordinários de outras despesas a realizar no âmbito da situação epidémica da Covid.”

Portanto, se o Partido Socialista está contra isto, contra a flexibilidade que isto traz, não sei mais nada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: E a alínea e)!

Deputada Ana Luís (PS): Leia a e)!

Deputada Andreia Costa (PS): Que engraçado, esqueceu-se de ler a e)!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado leu bem a alínea d), mas se calhar por falta de atenção esqueceu-se de ler a alínea seguinte que era a alínea e), que diz que “da cobertura orçamental despesas e encargos com pessoal.” Ponto final. É disto que estamos aqui efetivamente a tratar, que é claramente diferente, porque estando numa outra alínea obviamente estas matérias são excluindo as matérias que daí derivam das questões do Covid.

O que está aqui é esse o entendimento, é uma autorização absoluta para que as alterações de despesas com pessoal, que implicam aumento de dotação do programa ou da unidade orgânica, ou seja, do departamento, que antes exigia uma revisão, agora é uma alteração e essa o Sr. Deputado não teve oportunidade de ler.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Não acredito que o Chega e a Iniciativa Liberal votem a favor disto!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos votar e seguindo o pedido do Partido Socialista vamos votar a alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar a alínea b), n.º 1, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada com 29 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 28 votos contra – 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Perguntava ao Partido Socialista se as alíneas a) e b) têm de ser em separado ou podem ser em conjunto.

Em conjunto.

Então estão à votação as alíneas a) e b), do n.º 2, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As alíneas colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

(Aparte inaudível)

Presidente: Separadas.

Eu de facto tinha percebido em conjunto.

Então vamos votar a alínea c), do n.º 2, do artigo 4.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada com 29 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 28 votos contra – 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a alínea d), do n.º 2, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a alínea e), do n.º 2, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada à votação foi aprovada com 29 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 28 votos contra – 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação o n.º 3, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O número colocado à votação foi aprovado com 29 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM e 1 da IL; 28 votos contra – 25 do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 5.º-A apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Para uma intervenção, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar o nosso sentido de voto nesta proposta de alteração. O n.º 7 prevê que os trabalhadores possam ser integrados com base no Decreto Legislativo Regional 25/2019/A que extinguiu a Saudaçor.

Ora, não nos parece aceitável que haja uma possível integração de trabalhadores através de uma alteração ao orçamento sem que as estruturas representativas dos trabalhadores sejam tidas nem achadas neste processo e com uma alteração ao orçamento na especialidade.

Parece-me que esse processo a fazer-se deve ser precedido da negociação coletiva e eu julgava que este Governo via na negociação coletiva, no diálogo com os sindicatos, um processo fundamental na democracia e é com estranheza

que vemos esta maioria apresentar esta proposta e solicitava que o n.º 7 ... aliás, os artigos que dizem respeito aos trabalhadores - 5, 6 e 7 – fossem votados separadamente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Podemos votar este artigo 5.º-A e depois encerramos a seguir?

Sr. Deputado António Lima, o 5, 6 e 7 podem ser votados num conjunto e os outros em outro conjunto?

(Aparte inaudível)

Presidente: Então está à votação o n.º 1, o n.º 2, o n.º 3 e o n.º 4 deste artigo 5.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os números colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estão agora à votação o n.º 5 e o n.º 6 desta proposta de aditamento de artigo 5.º -A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sras. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os números do diploma colocados à votação foram aprovados com 55 votos a favor – 25 do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está agora à votação o n.º 7, deste artigo 5.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O número colocado à votação foi aprovado com 30 votos a favor – 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Chega, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN; 27 votos contra – 25 do PS e 2 do BE.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Atingimos, ou já ultrapassámos a nossa hora regimental.

Vamos interromper os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Boa noite. Bom jantar a todos e bom descanso.

Eram 20 horas e 07 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

Aurora Maria Agostinho **Ribeiro**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

Declaração de Voto do Grupo Parlamentar do PSD em relação à ação 2.6.10 – Conclusão da empreitada Foros do SolMar

A ação foi inscrita recorrendo a verbas do Plano de Recuperação e Resiliência, o que significa que se aprovada atrasaria o processo em curso levado a cabo pelo atual Governo Regional dos Açores.

Horta, 22 de abril de 2021

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Pedro do Nascimento Cabral

Declaração de Voto do Grupo Parlamentar do CDS-PP em relação à ação 10.8.4.1 – Reabilitação do edifício sede do Clube Naval da Horta

Esta ação foi inscrita nos anteriores dois planos do Governo, mas a obra nunca avançou. O CDS votou favoravelmente uma proposta de idêntico teor em 2017, que foi chumbada isoladamente pela maioria socialista.

Nos dois planos anteriores o CDS passou a votar desfavoravelmente, porque era sabido que não havia ainda uma solução para o projeto de Requalificação do Porto da Horta, logo tratava-se apenas de propaganda da maioria Socialista e nada mais que isso. Também agora consideramos que o Partido Socialista o faz apenas para retirar dividendos políticos com a perfeita noção que não haverá uma solução para o Clube Naval da Horta no corrente ano. Atendendo a que não existe ainda uma definição sobre o projeto de Requalificação do Porto da Horta não faz sentido inscrever esta ação para ficar novamente sem execução, tal como aconteceu no passado.

Pelos motivos expostos, o Grupo Parlamentar do CDS vota desfavoravelmente esta proposta do Partido Socialista.

Horta, 23 de abril de 2021

Declaração de Voto do Grupo Parlamentar do PSD em relação à ação 12.15.22 - Intervenção na EB1/JI Escultora Luísa Constantino

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra a proposta de alteração do BE à Proposta de Decreto Legislativo Regional de Plano Anual da Região Autónoma dos Açores para o ano 2021, mais concretamente ao Programa 12, projeto 12.15, ação 12.15.22 - Intervenção na EB1/JI Escultora Luísa Constantino, com uma dotação de 100.000 euros.

A posição deste Grupo Parlamentar deve-se ao facto de não haver condições para que duas obras decorram em simultâneo - a da EB1/JI Escultora Luísa Constantino e da EBI de Rabo de Peixe -, dado que há confluência de espaços, mormente no que concerne à gestão de estaleiros, sem capacidade para se albergar mais serviços de apoio às obras. Para além do referido, apenas faz

sentido definir o projeto necessário para a intervenção proposta após a conclusão da obra, pois somente nessa fase se conseguirá definir a melhor solução para, de forma integrada, poder responder às necessidades da EB1/JI Escultora Luísa Constantino, para a qual o Grupo Parlamentar do PSD pretende garantir que se melhorem as condições e tudo fará para que se cumpra esse desígnio.

Horta, 23 de abril de 2021

Os Deputados, Pedro do Nascimento Cabral, Délia Melo, Jaime Vieira e Joaquim Machado

Declaração de Voto do Grupo Parlamentar do PSD em relação à ação 12.19.6 - Requalificação do Centro de Saúde do Nordeste

A presente declaração de voto reporta à criação da ação 12.19.6, denominada "Requalificação do Centro de Saúde do Nordeste", apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Esta ação foi inscrita com vista à realização de obras de beneficiação do Centro de Saúde do Nordeste, no valor de trinta mil euros, estando as mesmas, e de acordo com a resposta ao Requerimento n.º80/XII-PSD- Centro de Saúde de Nordeste, apresentado pelo PSD, o Governo Regional dos Açores, no ponto 3 desta mesma resposta, afirma categoricamente a intenção de iniciar a elaboração do projeto no corrente ano com vista ao início das obras no próximo ano.

Em vinte e quatro anos de governação socialista, pouco ou nada foi feito quanto ao edifício do Centro de Saúde do Nordeste, estando este necessitado de obras urgentes, devido ao seu elevado estado de degradação.

Assim, é entendimento do Grupo Parlamentar do PSD/Açores que, estando já a elaboração dos projetos e a realização da obra assumida pelo Governo Regional dos Açores, a proposta do Partido Socialista cai no vazio e fica sem sentido, merecendo por isto o nosso voto contra por ser mais uma tentativa de ludibriar os Nordestenses.

Horta, 23 de abril de 2021

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Pedro do Nascimento Cabral

A redatora, Ana Machado